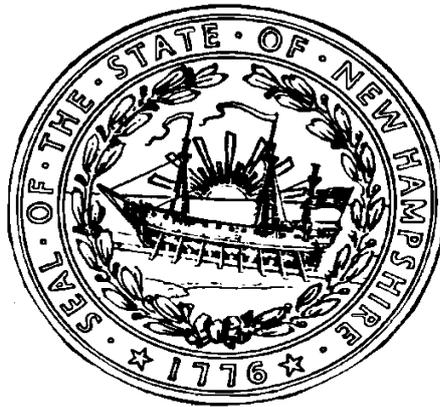


New Hampshire

Educação Especial

Manual de Procedimentos de Garantias



Este manual é baseado no *Lei Educacional para Indivíduos Portadores de Necessidades Especiais de 2004* e as *Normas para a Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais de New Hampshire*, com efeito a partir de 30 de junho de 2008

Outubro de 2014

*Desenvolvido pelo
Departamento Estadual de Educação de N.H., Secretaria de Educação Especial*

em colaboração com o Centro de Informações Parentais, Associação de Gestores de Educação Especial de NH e Associação dos Gestores Escolares de NH.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE NEW HAMPSHIRE

Thomas Raffio, Presidente (Distrito 4)
Cindy C Chagnon (Em geral)
Helen G. Honorow (Distrito 5)
Bill Duncan (Distrito 3)
Gary W Groleau (Em geral)
Gregory J Odell (Distrito 1)
Emma Rous (Distrito 2)

COMISSÁRIA DE EDUCAÇÃO

Virginia M. Barry, Ph.D.

VICE-COMISSÁRIO

Paul K. Leather

DIVISÃO DE FORTALECIMENTO EDUCACIONAL

Heather Gage, Chefe de Pessoal
Divisão de Melhoramento Educacional

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Santina Thibedeau, Administradora

Aviso de Não-Discriminação

O Departamento de Educação do Estado de New Hampshire não discrimina com base de raça, cor, religião, estado civil, nacionalidade/etnia, idade, sexo, orientação sexual ou necessidades especiais em seus programas, atividades e práticas de emprego.

A pessoa abaixo foi designada para responder às questões sobre as políticas de-não discriminação: Sheila Miller, recursos humanos
(603) 271-6642 Sheila.Miller@doe.nh.us

Distribuído por: (LEA Nome e Endereço Aqui)

Introdução

Crianças cujos os pais e educadores trabalham conjuntamente em prol do desenvolvimento e alcance de metas educacionais para crianças portadoras de necessidades especiais provavelmente são bem sucedidas. A lei Federal e Estadual oferece diversas oportunidades para que os pais se envolvam no planejamento e na tomada de decisão com relação às necessidades de educação especial de seus filhos.

Este manual foi desenvolvido para fornecer aos pais, alunos adultos com necessidades especiais, educadores e outras pessoas, informações sobre direitos de pais/filhos no processo de educação especial. Estes direitos são chamados “procedimentos de garantias.” Os pais são membros integrantes da Equipe IEP. A Equipe IEP é um grupo que toma a maioria das decisões sobre as necessidades e serviços de educação especial de crianças. Os pais são membros titulares da Equipe IEP.

A equipe IEP determina a avaliação, elegibilidade, o Programa de Educação Individualizado (IEP, sigla em inglês) e a colocação educacional das crianças. O nome formal da Equipe é Equipe IEP, mas ela pode receber outros nomes dependendo da função ou atividade que está sendo tratada. Você é um membro importante da Equipe IEP; sua voz precisa ser incluída. O processo de educação especial oferece aos pais uma oportunidade de compartilhar seu conhecimento e experiência com seus filhos com os outros em sua Equipe de crianças. A lei foi estabelecida para que os pais tivessem a oportunidade de participar do processo de educação especial e promover a comunicação entre as escolas e os pais em benefício de seus filhos. O processo de educação especial é mais efetivo quando os pais e os funcionários escolares são bem informados e estão aptos a trabalharem juntos.

É particularmente importante que os pais e os demais envolvidos no processo de educação especial entendam seus direitos e estejam cientes dos estatutos de limitações e outras restrições para ter pleno acesso a uma educação pública gratuita (FAPE).

A Lei Educacional para Indivíduos Portadores de Necessidades Especiais (IDEA 2004) exigem que os distritos escolares forneçam aos pais uma cópia dos procedimentos de garantias (direitos dos pais) apenas uma vez durante o ano escolar. Há outras vezes em que uma cópia deve ser entregue a você: (1) sob orientação inicial ou solicitação de avaliação pelos pais; (2) sob recebimento da primeira queixa estadual ou o primeiro processo de queixa devida em um ano escolar; (3) quando há uma decisão para a tomada de uma ação disciplinar que constitua uma alteração de colocação; e (4) sob solicitação dos pais.

Por favor, observe que enquanto este manual atende às exigências da Lei Educacional para Indivíduos Portadores de Necessidades Especiais 2004 (IDEA 2004) que seja fornecido aos pais um documento por escrito que descreva os procedimentos de garantias a que eles têm direito, não incluindo todo o texto nem das leis educacionais e regulamentos federais nem estaduais.

O texto completo das Normas para a Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais de NH pode ser encontrado no website do Departamento de Educação de NH:
http://www.education.nh.gov/instruction/special_ed/documents/nh_rules_amendment_may_2014.pdf

Para obter um exemplar gratuito das Normas para a Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais de NH (Normas de NH), por favor telefone para o Departamento Estadual de Educação de N.H. 271-3741.

Índice	Pág.
Visão Geral do Processo de Educação Especial de NH	-1 - 3
Consentimento dos Pais	3 - 6
Aviso prévio por Escrito	6 - 7
Avaliações Educacionais Independentes	7 - 8
Correio Eletrônico	8
Pais Substitutos Educacionais	8
Confidencialidade de Informações	9 - 11
Procedimentos de Queixa	11 - 14
Resolução Alternativa de Disputas	14 - 15
Procedimentos de Processo Devido de Queixa	16 - 20
Audiência de Processo Devido Imparcial	21 - 24
Honorários Advocatícios	24 - 25
Procedimentos na Aplicação de Disciplinas às Crianças Portadoras de Necessidades Especiais	25 - 28
Estatuto das Limitações	28
Requerimento para Colocação Unilateral de Crianças em Escolas Privadas com Recursos Públicos	29 - 30
Geral	
Apêndice A: Assistência/Recursos Gratuitos ou De Baixo Custo	31
Apêndice B: Definição e Tipos de “Dias”	32 - 33
Apêndice C: Acrônimos	34 - 37
Apêndice D: Direitos de Alunos Portadores de Necessidades Especiais Escolarizados em Casa	38
Apêndice E: Notificação Escrita Relativa ao Uso de Benefícios Públicos ou Modelo (Formulário)	39 - 41

Visão Geral do Processo de Educação Especial do NH

O objetivo é fornecer uma visão geral concisa do processo de educação especial durante a leitura dos Procedimentos de Garantias de New Hampshire. O anexo oferece recursos adicionais que ajudarão no desenvolvimento de um amplo entendimento da educação especial.

O processo de educação especial inclui passos específicos, cada um com suas próprias exigências. Cada passo no processo de educação especial inclui procedimentos a serem trabalhados conjuntamente por você e pelos distritos escolares. A sequência do processo de educação especial é:

Identificação/Reconhecimento da Criança

Normas NH - Ed 1105; página 37



Referência

Normas NH - Ed 1106; página 41



Avaliação

Normas NH - Ed 1107; página 43



Determinação de Elegibilidade

Normas NH - Ed 1108 página 56



Desenvolvimento e Aprovação do IEP

Normas NH - Ed 1109; página 57



Posicionamento

Normas de NH - Ed 1111; página 69



Monitoramento Contínuo do IEP

Normas NH Ed 1109.06; página 67

Nota: Alguns destes requisitos necessários podem ser combinados.

O processo de educação especial inclui uma revisão anual do IEP e da colocação, que é baseada em informações tais como avaliações formais e informais, observações e progresso nas metas e objetivos IEP atuais.

Identificação/Reconhecimento da Criança Qualquer um pode encaminhar uma criança se suspeitar que ela pode ter uma deficiência e precisa de educação especial. Adicionalmente, todos os distritos escolares que aplicam o processo de educação especial devem reconhecer, identificar e avaliar todas as crianças suspeitas de apresentarem necessidades especiais, com idade a partir de 2,5 anos de idade ou mais, porém menores de 21 anos, para garantir que as crianças elegíveis foram reconhecidas, identificadas e receberam os serviços necessários.

Referência e Disposição de Referência Quando você, um professor ou outra pessoa suspeitar que uma criança pode ter uma deficiência e precisa de educação especial, pode-se fazer o encaminhamento ao distrito escolar. Se o encaminhamento vier de alguém que não seja você, incluindo o professor da criança, você recebe imediatamente a notificação por escrito de que um encaminhamento foi feito. Uma disposição de reunião sobre o mesmo, para a qual você será convidado, deve ser feita dentro de 15 dias a partir do recebimento do encaminhamento. Esta reunião (assim como todas as reuniões da Equipe IEP) deverá ser feita em uma data, horário e local mutuamente acordado entre você e a escola. A Equipe IEP poderá decidir que não há indicação de que seu filho possui uma deficiência e precisa de educação especial ou educação especial e serviços relacionados e que neste momento a escola poderá atender às necessidades de seu filho através de serviços educacionais regulares. Se não, eles poderão determinar que há razão para suspeitar que a criança pode ter uma deficiência e deverá ser avaliada.

A escola deverá fornecer a você um aviso por escrito sobre a decisão da Equipe IEP. Este aviso é o "Aviso Prévio por Escrito" descrito na página 6 deste manual. Se a Equipe IEP decidir que testes adicionais são necessários, então o aviso prévio por escrito também incluirá uma solicitação para consentimento dos pais para que sejam feitas quaisquer avaliações individuais para determinar se seu filho é uma criança portadora de necessidades especiais.

Avaliação Uma avaliação é um componente para determinar se o seu filho é elegível para receber educação especial. Quando seu filho for considerado para educação especial, seu consentimento por escrito é exigido antes que os testes possam ocorrer. Seu distrito escolar providenciará os testes, sem custo para você, a serem aplicados por avaliadores treinados e versados, certificados ou licenciados. Após o recebimento do seu consentimento por escrito para avaliações pelo distrito escolar, os testes devem ser completados dentro de 45 dias (a menos que você e o distrito escolar concordem em estender o tempo de não mais do que 15 dias). Uma vez que os testes sejam finalizados, você receberá um resumo por escrito. Sob sua solicitação por escrito, o distrito escolar deverá fornecer acesso aos resultados dos testes e outros registros educacionais relevantes 5 dias antes da reunião com a Equipe IEP. Se você discordar com a avaliação feita pelo distrito escolar, você poderá requerer que o distrito escolar providencie uma avaliação educacional independente gratuita.

Determinação de Elegibilidade e Categoria de Deficiência Quando as avaliações estiverem completas, a Equipe IEP utilizará estas informações para determinar se o seu filho é ou não elegível para a educação especial. Para ser elegível, seu filho deverá ser portador de necessidades especiais e requerer educação especial ou educação especial e serviços relacionados para o benefício da educação. Seu filho será então identificado com uma ou mais das classificações de necessidades especiais listadas nas Normas NH Ed 1102.01(f).

Desenvolvimento do IEP Dentro de 30 dias depois que seu filho for considerado elegível para educação especial, a Equipe IEP se reunirá para desenvolver um programa de educação individualizada (IEP) para seu filho. O IEP inicial não será posto em prática até que você esteja em comum acordo. O IEP inclui componentes específicos exigidos, listados nas Normas NH Ed 1109.01 e 1109.03.

Uma vez que seu filho possua um IEP, ele será reavaliado/revisado em uma reunião de Equipe IEP pelo menos anualmente. Seu filho deverá ter um IEP em comum acordo, em vigor no início de cada ano escolar. O um aviso escrito do IEP, para as reunião com o grupo, será a entregue entregue com uma antecedência mínima de 10 dias em relação à data da reunião. A notificação deverá incluir a hora e local da reunião, seu propósito e uma lista dos participantes que estarão presentes. A notificação também o informará sobre o seu direito de convidar para a reunião pessoa, ou pessoas, com conhecimentos especializados sobre o seu filho. Embora não seja obrigatório, é uma cortesia o pai avisar a escola sobre se convidou mais alguém para a reunião.

Determinação de Posicionamento Educacional Depois que o IEP tiver sido desenvolvido, a Equipe IEP se reunirá para determinar o posicionamento no ambiente menos restritivo (LRE, sigla em inglês) no qual seu filho poderá receber a educação especial e serviços relacionados ali descritos. A sequência contínua de ambientes educacionais da pré-escola para idade escolar de crianças portadoras de necessidades especiais é listada nas Regras NH Ed 1103.

Implementação e Monitoramento Pais, educadores e demais envolvidos monitorarão o progresso do seu filho de forma contínua para garantir que as suas necessidades educacionais sejam atendidas. Se surgirem preocupações relativas ao progresso de seu filho, uma reunião da Equipe IEP poderá ser solicitada e marcada sem mais atraso.

Uma vez que seu filho comece a receber educação especial, a Equipe IEP se reunirá para discutir a elegibilidade pelo menos uma vez a cada três anos para garantir que a Equipe IEP continue a ter as informações corretas para embasar as suas decisões. Se novas preocupações surgirem, você ou o distrito escolar poderá solicitar uma avaliação.

Consentimento dos Pais

Normas para Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais de NH ~ Ed 1120.04

Os distritos escolares deverão solicitar consentimento dos pais, por escrito, para educação especial e serviços relacionados a serem dados a uma criança portadora de uma necessidade especial, assim como outras atividades que sejam parte do processo de educação especial, exceto em certas circunstâncias.

Consentir significa que:

- a) Você foi totalmente informado sobre todas as informações relevantes à atividade pela qual o consentimento é requerido em seu idioma nativo ou outro modo de comunicação;
- b) Você entende e concorda, por escrito, com a realização da atividade para a qual seu consentimento é requerido, e que o consentimento descreve a atividade e lista os registros (se algum) que serão liberados e a quem; e
- c) (1) Você entende que a concessão do consentimento é voluntária e você pode retirar o consentimento a qualquer momento;
(2) Sua retirada de consentimento não nega (desfaz) uma ação que tenha ocorrido após o seu consentimento e antes de sua retirada.

Você terá 14 dias a partir da data da solicitação do distrito escolar para responder por escrito. O limite de 14 dias deverá ser estendido se você e o distrito escolar concordarem mutuamente.

O consentimento dos pais deverá ser por escrito e deverá ser “informado” de modo que você entenda o que está sendo proposto, quais são as consequências (prós e contras) da ação que a escola está propondo, e por que a Equipe IEP está propondo mudanças pelas quais seu consentimento é requerido.

Os distritos escolares deverão obter seu consentimento informado e por escrito antes de:

- Condução de uma avaliação inicial;
- Provisão inicial de educação especial e serviços relacionados para um aluno portador de necessidade especial;
- Revisão anual do IEP e colocação de uma criança portadora de necessidade especial;
- Determinação ou alteração da classificação da necessidade especial;
- Mudança da natureza ou do objetivo da educação especial ou educação especial e serviços relacionados;
- Realização de uma reavaliação;
- Acesso a seguro público em conformidade com 34 CFR 300.154; e
- todas as vezes que o distrito escolar propuser acesso a seguro privado.

O consentimento é também requerido para:

- Uma ampliação do prazo de avaliação de até 15 dias (Ed 1107.01(d)).
- Isenção dos membros da Equipe IEP sob certas condições (Ed 1103.01(a)).

Observação: Consentimento para a avaliação inicial não pode ser interpretado como consentimento para colocação inicial.

Os distritos escolares não precisam obter seu consentimento antes de:

- Revisar dados existentes como parte da avaliação ou reavaliação de seu filho; ou
- Administrar um teste ou outra avaliação que é dada a todas as crianças, a menos que o consentimento venha dos pais de todas as crianças.

Circunstância especial: Se o distrito escolar não receber seu consentimento por escrito dentro de 14 dias e puder demonstrar que tomou medidas razoáveis para obter seu consentimento, o distrito escolar poderá implementar o que segue:

- Revisão anual do IEP e colocação de uma criança portadora de necessidade especial;
- Determinação ou alteração da classificação de deficiência;
- Mudança da natureza ou do objetivo da educação especial ou educação especial e serviços relacionados;
- Realização de uma reavaliação.

“Medidas razoáveis” incluem registros detalhados de tentativas por chamadas telefônicas e os resultados destas chamadas, cópias de correspondências enviadas para você (por carta certificada, retorno de recibo requerido) e quaisquer repostas recebidas e/ou registros detalhados de visitas feitas à sua casa ou seu local de trabalho e os resultados destas visitas.

Para as crianças que estão sob proteção do Estado, o distrito escolar deverá empreender esforços razoáveis para obter consentimento informado dos pais para uma avaliação inicial, exceto quando não puderem localizar os pais ou os direitos dos pais (ou direito a tomar decisões educacionais) tiverem sido rescindidos. Se a criança for protegida pelo Estado a nomeação de um pai substituto deverá ser explorada.

Quando você estiver considerando o consentimento, é muito importante que você pergunte sobre qualquer aspecto da atividade cujo o consentimento esteja sendo solicitado a você.

É importante que você **devolva** o formulário de consentimento ao **distrito escolar dentro de 14 dias ou período de tempo acordado**. O período de tempo começa na data em que o distrito escolar lhe **enviou** o formulário de consentimento. Por favor, considere que se o formulário de consentimento for enviado para você pelo correio, alguns dias dos 14 dias já podem ter se passado no momento em que você receber a solicitação do seu consentimento. **É responsabilidade sua responder**.

Você poderá responder de quatro maneiras a uma solicitação da escola. Os **resultados** de cada resposta que você pode escolher são:

1. Você dará o consentimento:

➤ **Resultado:** As mudanças propostas ocorrerão.

2. Você se recusará em consentir:

➤ O distrito escolar **não poderá** implementar as mudanças propostas, porém o distrito escolar possui diversas opções para tentar obter seu consentimento:

- a. O distrito escolar poderá fazer outra reunião de Equipe IEP para discutir suas preocupações;
- b. O distrito escolar poderá pedir que você participe de um processo de Resolução de Disputa Alternativo, tais como uma reunião de Equipe IEP facilitada, mediação ou uma conferência neutra para chegar a um acordo.
- c. Exige-se propostas específicas do distrito escolar para que peça uma audiência de processo devido. Por favor, consulte a seção de processo devido (páginas 14 - 18).

O distrito escolar poderá não utilizar seus procedimentos de cancelamento de consentimento se você se recusar em consentir ou não responder:

- a uma solicitação para o consentimento do primeiro fornecimento de educação especial e serviços relacionados;
- se você registrar seu filho em uma escola privada com seus recursos;
- se você estiver ensinando a seu filho em sua casa, de acordo com RSA 193-A.

Nota: Se você se recusar em consentir que seu filho receba educação especial e serviços relacionados pela primeira vez o distrito escolar não precisa prover estes serviços e não está se viola a solicitação para o fornecimento de uma educação pública apropriada gratuita (FAPE) para seu filho e não se exige a realização de uma reunião IEP ou do desenvolvimento de um IEP para estes serviços.

3. Você consentirá em parte de qualquer proposta:

- O distrito escolar efetuará as ações acordadas. Para as ações que você tiver consentido; sua recusa em relação a um serviço, benefício ou atividade não poderá ser utilizada para negar a você ou ao seu filho qualquer serviço, benefício ou atividade ao qual sejam conferidos sob as regras/regulamentos da educação especial.

4. Se você não responder num prazo de 14 dias ou dentro do tempo acordado o distrito escolar pode demonstrar que tomou medidas razoáveis para obter o seu consentimento, e o mesmo poderá proceder de acordo com o seguinte:

a. Realizar uma avaliação inicial

A escola poderá fazer a avaliação utilizando a resolução de disputa alternativa (páginas 13-14 e 18-21), ou solicitar audiência de processo devido

b. Provisão inicial de educação especial e serviços relacionados a um aluno portador de necessidade especial

O distrito escolar poderá não utilizar a resolução de disputa alternativa ou solicitar audiência de processo devido.

c. Revisão anual do IEP e colocação de uma criança portadora de necessidade especial

- Determinação ou alteração da classificação da necessidade especial e outros relacionados
- Mudança da natureza ou do objetivo da educação especial ou educação especial e serviços relacionados
- Realização de uma reavaliação
- *O distrito escolar deverá implementar sua proposta.*
- Todas as vezes que a agência pública propuser acesso a seguro privado.
O distrito escolar poderá não realizar ações futuras.

d. A recusa é não dar consentimento à totalidade ou parte de uma proposta de distrito escolar e não é o mesmo que revogar o consentimento **para toda a educação especial.**

5. Revogação

Se um pai revogar o consentimento **para toda a educação especial**, por escrito, o distrito escolar:

1. Deverá fornecer um Aviso Prévio por Escrito que o distrito escolar irá interromper todos os serviços de educação especial
 2. Deverá interromper todos os serviços de **educação especial**
 3. Não deverá usar mediação ou procedimentos de processo devido para obter um acordo
 4. Não deverá ser considerado como violação do requerimento para fornecer educação pública apropriada gratuita (FAPE)
 5. Não deverá ser exigida para convocar uma reunião de equipe IEP
- Ao revogar o consentimento por escrito, o distrito está proibido de fornecer todos os serviços de educação especial

Aviso Prévio por Escrito

Normas para Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais de New Hampshire ~ Ed 1120.03

“Aviso Prévio por Escrito” deverá ser dado a você por escrito depois que uma decisão for tomada para recomendar uma mudança, porém antes de sua real efetivação. As informações contidas em um Aviso Prévio por Escrito (WPN, sigla em inglês) são os importantes o que e porquê das recomendações da Equipe IEP para fazer uma mudança. Se você solicitou uma mudança no programa de seu filho e a decisão da Equipe IEP é de se recusar em fazer a mudança, então o WPN deverá ser dado a você para explicar as razões da recusa.

Seu distrito escolar deverá fornecer a você um WPN, sempre que:

- propuser iniciar ou alterar a elegibilidade/identificação, avaliação ou colocação educacional de seu filho, ou a provisão de educação especial e serviços relacionados (Educação Pública Apropriada Gratuita (FAPE)) a seu filho; **ou**
- recusar-se em iniciar ou alterar a elegibilidade/identificação, avaliação ou colocação educacional de seu filho ou a provisão da FAPE a seu filho.

O WPN diz exatamente quais são as mudanças que a Equipe IEP está propondo e diz o porquê da Equipe IEP estar propondo a mudança. Você deverá ser notificado, por escrito, pelo menos 14 dias antes que a Equipe IEP proponha a realização da mudança recomendada.

O Aviso Prévio por Escrito (WPN) deverá:

- Descrever a ação que seu distrito escolar propõe ou recusa tomar;
- Explicar por que seu distrito escolar está propondo ou recusando a tomar a ação;

- Descrever cada procedimento de estimativa, avaliação, registro ou relatório que seu distrito escolar utilizou ao decidir propor ou recusar a ação;
- Incluir uma declaração de que você possui proteções sob as provisões de procedimentos de garantias em IDEA 2004;
- Dizer-lhe que pode obter uma descrição dos procedimentos de garantias se a ação que seu distrito escolar está propondo ou recusando não for uma referência inicial para avaliação;
- Incluir recursos para você pedir auxílio para o entendimento do IDEA 2004;
- Descrever quaisquer outras opções que a Equipe do programa de educação individualizada (IEP) de seu filho considerou e as razões pelas quais estas opções foram rejeitadas; e
- Fornecer uma descrição de outras razões pela qual seu distrito escolar propôs ou recusou a ação.

O WPN deverá ser escrito em linguagem entendível ao público em geral; isto é, fácil de ler e compreender. O WPN deverá ser fornecido no idioma nativo ou outro modo de comunicação (tal como linguagem de sinais) utilizado pelos pais (a menos que seja claramente impossível fazê-lo).

Se o idioma nativo ou outro modo de comunicação dos pais não for uma linguagem escrita, o distrito escolar deverá garantir que o aviso seja traduzido oralmente ou através de outros meios de comunicação, de forma que os pais entendam o conteúdo do aviso, e que haja evidência por escrito tanto da tradução quanto do entendimento do conteúdo pelos pais.

Avaliações Educacionais Independentes

Normas para Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais de New Hampshire ~ Ed 1107.03, 1120.07

Como pai de uma criança portadora de uma necessidade especial (ou uma criança que tenha sido avaliada para a consideração de educação especial) você terá o direito de ter uma avaliação educacional independente de seu filho.

Uma **avaliação educacional independente** é uma avaliação conduzida por uma pessoa que não é empregada pelo distrito escolar e que é qualificada para fazer a avaliação.

O distrito escolar poderá fornecer uma avaliação educacional independente sob despesa pública se você discordar com a avaliação realizada pelo distrito escolar. (O termo formal “sob despesa pública” dignifica que o distrito escolar paga para o custo total da avaliação ou garante que a avaliação seja de outra forma provida sem custos aos pais.) A você é dado apenas uma avaliação educacional independente sob despesa pública cada vez que o distrito escolar conduzir uma avaliação que você discorde. Se você solicitar uma avaliação educacional independente, o distrito escolar pode perguntar a você porque você discordou da avaliação do distrito escolar. Contudo, você não será obrigado a explicar e isto não resultará em qualquer atraso na decisão da escola sobre o pagamento pela avaliação independente.

Se você solicitar uma avaliação educacional independente sob despesa pública, o distrito escolar deverá, sem atraso desnecessário:

- concordar em fornecer a avaliação educacional independente sob despesa pública; ou

- iniciar uma audiência de processo devido para mostrar que a avaliação do distrito escolar é apropriada.

Se você solicitar uma avaliação educacional independente, o distrito escolar deverá lhe informar sobre:

- onde uma avaliação educacional independente poderá ser obtida; e
- o critério do distrito escolar aplicável para uma avaliação educacional independente, incluindo:
 - a. o local da avaliação; e
 - b. as qualificações do examinador (pessoa que aplica o teste).

O critério deverá ser o mesmo que o distrito escolar utiliza para conduzir uma avaliação. Um distrito escolar não deverá ter quaisquer outras restrições, condições ou prazos relacionados aos pais receberem uma avaliação educacional independente além da localização e das qualificações do examinador.

Você sempre tem o direito de financiar uma avaliação educacional independente. Você também tem o direito de levar estas avaliações independentes financiadas pelos pais à Equipe IEP para uso na determinação das necessidades educacionais de seu filho. Você não é obrigado a compartilhar as avaliações financiadas pelos pais com a Equipe IEP. Contudo, o distrito escolar pode obter os resultados das avaliações financiadas pelos pais através do processo de descoberta como parte de uma audiência de processo devido. Independente de quem paga pela avaliação, a Equipe IEP deve considerar os resultados de qualquer avaliação educacional independente, se a avaliação atender aos critérios do distrito escolar (explicado acima) em quaisquer decisões sobre a provisão de uma educação pública apropriada gratuita para seu filho. Também, os resultados de qualquer avaliação educacional independente podem ser apresentados como evidência em uma audiência de processo devido imparcial.

Se um Oficial de Audiência solicitar uma avaliação educacional independente como parte de uma audiência, o distrito escolar deverá financiar a avaliação.

Se o Oficial de Audiência decidir que as avaliações do distrito escolar são apropriadas, não será pedido ao distrito escolar o pagamento pela avaliação educacional independente ou lhe reembolsar.

Correio Eletrônico

Normas para Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais de New Hampshire ~ Ed 1102.02

Se seu distrito escolar lhe oferecer a opção de receber documentos por e-mail, você poderá optar pelo recebimento de:

1. Aviso Prévio por Escrito;
2. Aviso de Procedimentos de Garantias; e
3. Avisos relacionados a uma queixa de processo devido.

Pais Substitutos Educacionais

Normas para Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais de New Hampshire ~ Ed 1115

Algumas vezes não existem pais para representar uma criança no processo de educação especial. Nestes casos, um Pai Substituto Educacional poderá ser nomeado para “atuar como o pai da criança no processo de tomada de decisão educacional.” Informações adicionais sobre os direitos

e responsabilidades dos Pais Substitutos Educacionais poderão ser encontradas nas Normas NH Ed 1115.

Confidencialidade de Informação

Normas para Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais de New Hampshire ~ Ed 1119.02

Os distritos escolares possuem diversos tipos de registros educacionais sobre crianças que se encontram sob a sua responsabilidade. **Necessidades educacionais** significam os registros definidos em CFR 34, Parte 99 (que implementa a Lei dos Direitos Educacionais e Privacidade da Família, de 1974, 20 U.S.C. 1232g (FERPA)). Eles podem incluir cartões de registro, relatórios de progresso, registros de frequência e saúde, fitas de vídeo, relatórios disciplinares e cópias eletrônicas de documentos.

Registros educacionais que incluem informações “**de identificação pessoal**” devem ser protegidos.

As informações de identificação pessoal são as que incluem:

- o nome de seu filho, o seu nome enquanto genitor(a), ou o nome de outro membro da família;
- o endereço de seu filho;
- um documento pessoal, tal como o número de seguridade social ou o número da carteira de estudante de seu filho; ou
- uma lista de características pessoais ou outras informações que tornasse possível a identificação de seu filho com um certo grau de certeza

Aviso aos Pais O Departamento Estadual de Educação de NH ou outras agências estaduais poderão também obter, manter ou utilizar alguns registros escolares. Estas agências devem obedecer às exigências a fim de proteger a confidencialidade de qualquer informação de identificação pessoal de uma criança. (Consultar o CFR 32, 300.612 para mais informações).

Direitos de Acesso Durante a coleta, a guarda e a utilização de registros educacionais de identificação pessoal, os distritos escolares e demais agências devem tratar as informações pessoais como informações confidenciais e devem promover o seu acesso à inspeção e/ou revisão dos registros de seu filho O distrito escolar deve cumprir com sua solicitação e inspecionar e revisar quaisquer registros educacionais sobre seu filho sem atraso desnecessário e antes de qualquer reunião com relação a um IEP ou qualquer audiência de processo devido imparcial (incluindo uma reunião de resolução ou uma audiência com relação à disciplina), e em nenhum caso além de 45 dias a partir de de sua solicitação. De acordo com Ed 1107.04(d), se o seu filho estiver sendo avaliado ou reavaliado, o distrito escolar deverá lhe fornecer o acesso aos resultados de teste e outros registros educacionais relevantes 5 dias antes da reunião da equipe IEP, se você solicitar inspecionar e/ou revisá-los.

Registro de Acesso Os distritos escolares devem registrar a pessoa que teve acesso aos registros escolares coletados, guardados ou utilizados, de acordo com a IDEA 2004 exceto você e funcionários autorizados pelo distrito escolar. O registro de acesso deve incluir o nome da parte interessada, a data em que o acesso foi permitido e o propósito do uso dos registros que foi autorizado.

Registros Sobre Mais de Uma Criança Se qualquer registro educacional incluir informações sobre mais de uma criança, você terá o direito de inspecionar e revisar apenas as informações relacionadas a seu filho ou receber as informações específicas.

Lista de Tipos de Localização de Informações O distrito escolar deve lhe fornecer, sob solicitação, uma lista de todos os tipos e localizações de registros educacionais coletados, guardados ou utilizados pelo distrito escolar.

O seu direito em inspecionar e revisar registros educacionais inclui:

- seu direito em receber uma resposta do distrito escolar sob suas solicitações razoáveis para explicação e interpretação de informações nos registros de seu filho;
- seu direito em solicitar que o distrito escolar forneça cópias dos registros de seu filho, se circunstâncias efetivamente lhe impediram de inspecionar e revisar os registros a menos que você receba estas cópias; e
- seu direito em ter um representante de inspeção e revisão dos registros.

O distrito escolar pode presumir que os pais possuem autoridade para inspecionar e revisar registros relacionados ao seu filho, a menos que o distrito escolar tenha sido alertado de que os pais não possuem a autoridade de acordo com a lei estadual aplicável que rege assuntos tais como guarda, separação e divórcio.

Taxas O distrito escolar pode cobrar de você uma taxa pelas cópias dos registros, que não lhe impeça o exercício efetivo do seu direito de inspecionar e revisar estes registros. O distrito escolar não deve cobrar uma taxa para a busca ou recuperação de registros, de acordo com a IDEA 2004.

Correção de Registros sob Solicitação dos Pais Se você acreditar que as informações nos registros escolares relacionadas a seu filho, coletadas, guardadas e utilizadas sob a Parte B de IDEA 2004 são imprecisas, equivocadas ou violam a privacidade ou outros direitos de seu filho, você poderá requerer que o distrito escolar corrija as informações. O distrito escolar deverá decidir se alterará as informações de acordo com sua solicitação, e lhe informar sobre sua decisão, com um período de tempo razoável a partir do recebimento de sua solicitação.

Oportunidade para uma Audiência Se o distrito escolar se recusar a alterar as informações de acordo com sua solicitação, ele deverá lhe informar sobre a recusa e lhe alertar sobre o direito de uma audiência dentro de um período de tempo razoável.

Procedimentos da Audiência A pessoa que conduzir a audiência deverá ser alguém sem interesse direto no seu resultado. Você terá o direito de ser avisado sobre a audiência, apresentação de evidência relevante aos assuntos, e ser auxiliado ou ser representado por uma ou mais pessoas, inclusive um advogado. A decisão da audiência deverá ser dada por escrito dentro de um período de tempo razoável e com base nas evidências apresentadas na audiência. A decisão deverá incluir um resumo da evidência e as razões para a decisão. Se, como resultado da audiência, o distrito escolar decidir que as informações são imprecisas, equivocadas ou que de outra forma violem a privacidade ou outros direitos de seu filho, as informações deverão ser então corrigidas e você deverá receber a informação por escrito.

Resultado da Audiência Se, como resultado da audiência, o distrito escolar decidir que as informações são imprecisas, equivocadas ou de outra forma violem a privacidade ou outros direitos de seu filho, você deverá ser informado de seu direito de se posicionar, nos registros mantidos para o seu filho, uma declaração comentando as informações ou fornecendo quaisquer razões que você discordar, com a decisão do distrito escolar. Esta declaração deverá ser mantida como parte dos registros de seu filho enquanto o registro (ou parte contestada) for mantida pelo distrito escolar. Se o distrito escolar revelar os registros (ou parte contestada) a qualquer parte, a explicação também deverá ser revelada a esta parte.

Consentimento para a Divulgação das Informações de Identificação Pessoal A menos que as informações estejam contidas nos registros educacionais e a divulgação seja autorizada sem consentimento dos pais, de acordo com a FERPA, seu consentimento deve ser obtido antes que as informações de identificação pessoal sejam divulgadas a outros, além dos funcionários das instituições participantes. Exceto sob as circunstâncias especificadas acima, o seu consentimento não será requerido antes que as informações de identificação pessoal sejam liberadas aos funcionários das instituições participantes com o fim de atender a uma exigência da IDEA 2004.

Seu consentimento, ou o consentimento de uma criança elegível que atingiu os 18 anos de idade, deverá ser obtido antes que as informações de identificação pessoal sejam liberadas aos funcionários das instituições participantes, provendo ou pagando pelos serviços de transição.

Se o seu filho estiver em, ou estiver indo para uma escola privada que não esteja localizada no mesmo distrito escolar em que você reside, seu consentimento deverá ser obtido antes que as informações de identificação pessoal de seu filho sejam liberadas entre os funcionários no distrito escolar onde a escola privada está localizada e os do distrito escolar onde você reside.

Salvaguarda de Informações Seu distrito escolar poderá proteger a confidencialidade das informações de identificação pessoal nos estágios de coleta, armazenamento, divulgação e destruição. Um funcionário em tal distrito escolar deverá assumir a responsabilidade da garantia da confidencialidade de qualquer informação de identificação pessoal. Todas as pessoas que coletarem ou utilizarem as informações de identificação pessoal deverão receber treinamento ou instrução com relação às políticas e procedimentos estaduais relacionados à confidencialidade de acordo com a IDEA 2004 e a FERPA. Cada distrito escolar deverá manter, para inspeção pública, uma listagem atual dos nomes e posições daqueles funcionários dentro da agência que possuem acesso às informações de identificação pessoal.

Destruição de Informações Seu distrito escolar deverá lhe informar quando as informações de identificação pessoal coletadas, guardadas ou utilizadas não forem mais necessárias para o fornecimento de serviços educacionais para seu filho. As informações deverão ser destruídas sob sua solicitação. **Destruição** significa destruição física ou remoção de dados de identificação de forma que as informações não mais sejam identificáveis. Contudo, o distrito escolar deverá manter um registro permanente do nome, endereço e número de telefone do aluno, suas notas, registro de frequência, classes das quais participou, grau e ano de conclusão.

Transferência de Direitos De acordo com as normas da FERPA, em CFR 34 99.5(a), os direitos dos pais com relação aos registros educacionais são transferidos ao aluno quando este atingir os 18 anos de idade.

Procedimentos de Queixa

Normas para Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais de New Hampshire ~ Ed 1121

Embora a equipe da Agência Educacional Estadual geralmente deva resolver uma queixa estadual dentro de um prazo de 60 dias, a menos que o prazo de tempo seja apropriadamente estendido, um oficial de audiência de processo devido imparcial deverá ouvir a queixa de processo devido (se não resolvido através de uma reunião de resolução ou através de mediação) e emitir uma decisão por escrito dentro de 45 dias depois do final do período de resolução, conforme descrito neste documento sob o título *Processo de Resolução*, a menos que o oficial de audiência conceda uma extensão específica do prazo sob sua solicitação ou

solicitação do distrito escolar. A queixa estadual e a queixa de processo devido, procedimentos de resolução e audiência são descritos mais detalhadamente abaixo.

Diferença entre Queixa e Audiência de Processo Devido Existem procedimentos diferenciados para queixas e para audiências de processos devidos. Você, ou uma organização ou um indivíduo, poderá registrar uma queixa por escrito alegando que o distrito escolar tenha violado os direitos de educação especial de seu filho. Apenas você ou um distrito escolar poderá registrar uma audiência de processo devido sobre qualquer assunto relacionado a uma proposta ou uma recusa para iniciar ou alterar a identificação, avaliação ou posicionamento educacional de uma criança com deficiência, ou a provisão de uma educação pública apropriada gratuita (FAPE) à criança.

Registro de uma Queixa A queixa deverá incluir:

1. uma declaração de que o distrito escolar violou uma exigência da IDEA 2004;
2. os fatos que embasam a declaração;
3. a assinatura e as informações de contato da pessoa que registrar a queixa; e
4. se violação alegada com relação a uma criança específica:
 - a) o nome e o endereço de residência da criança;
 - b) o nome da escola que a criança está frequentando;
 - c) no caso de uma criança ou jovem sem-teto, informações de contato disponíveis da criança, e o nome da escola que a criança frequenta;
 - d) uma descrição da natureza do problema da criança, incluindo fatos relacionados ao problema; e
 - e) uma solução proposta do problema na medida em que for conhecido e estiver disponível, no momento em que a queixa for registrada.

A queixa deverá alegar uma violação que tiver ocorrido há não mais de um ano antes da data da queixa ser recebida.

As queixas serão enviadas para: Comissário de Educação
 Departamento Estadual de Educação de New Hampshire
 101 Pleasant Street
 Concord, New Hampshire 03301

A pessoa que registrar a queixa deverá enviar uma cópia da queixa ao distrito escolar ao mesmo tempo em que a parte registrar a queixa junto ao Departamento Estadual de Educação de New Hampshire. Não existem exceções para esta regra. Se você quiser mais informações sobre as exceções, entre em contato com o Departamento Estadual de Educação de New Hampshire, Secretaria de Educação Especial.

Observação: Se uma queixa por escrito recebida contiver o tópico também sujeito a uma audiência de processo devido, ou diversos assuntos, dos quais um ou mais fizerem parte desta audiência, o estado deverá deixar de lado qualquer parte da queixa que esteja sendo tratada na audiência de processo devido, até que audiência seja completada. Contudo, qualquer assunto na queixa que não fizer parte do processo devido, a ação deverá ser resolvida utilizando os limites de tempo e procedimentos de queixa do estado. Se um assunto surgir em uma queixa que foi previamente decidida em uma audiência de processo devido, a decisão de audiência será compulsória; e o Departamento Estadual de Educação de N.H. deve informar o queixante sobre este efeito. Uma queixa alegando falha de um distrito escolar em implementar uma decisão de processo devido deverá ser resolvida pelo Departamento Estadual de Educação de N.H.

Procedimentos de Queixa

1. Depois do recebimento de uma queixa registrada por um pai, um organizador ou um indivíduo de outro estado, a queixa será revisada pelo Oficial de Queixas da Secretaria de Educação Especial no Departamento Estadual de Educação de NH.
2. Se os assuntos forem apropriados aos procedimentos de queixa, então:
 - a. um investigador independente será designado ao caso para realizar uma investigação independente, parte da qual será conduzida no distrito escolar;
 - b. uma ligação telefônica de cortesia é feita pelo diretor de educação especial do distrito escolar declarando que uma queixa foi registrada, dizendo quem registrou a queixa, sobre o que ela se refere e quais regulamentos federais e/ou estaduais estão envolvidos; e
 - c. uma carta será enviada aos pais e ao distrito escolar fornecendo o nome do investigador, uma cópia da carta de queixa e identificando quais regulamentos federais e/ou estaduais estão envolvidos.
3. A pessoa que registrar a queixa receberá a oportunidade de corrigir quaisquer erros realizados no resumo dos assuntos e poderá submeter informações adicionais tanto oralmente quanto por escrito.
4. O investigador irá revisar todas as informações relevantes, incluindo registros educacionais apropriados, e entrevistará tanto você quanto funcionários e equipe do distrito escolar para determinar os fatos. Quando a investigação estiver concluída, o investigador submeterá um relatório por escrito ao Departamento Estadual de Educação de N.H.
5. O Oficial de Queixas do Departamento Estadual de Educação de NH revisará o relatório e determinará se quaisquer violações ocorreram. O Oficial de Queixas emitirá então uma decisão com base nos achados do investigador sobre o fato e as regras e regulamentos estaduais e federais relevantes, incluindo a IDEA 2004. O relatório deverá descrever as razões para a decisão final do estado.
6. O Comissário de Educação revisará as decisões e determinará a ação corretiva, se alguma, para garantia. O Comissário assinará a decisão. A decisão será emitida em não mais de 60 dias depois que a queixa for recebida pelo Departamento Estadual de Educação de NH. O prazo pode ser estendido se o Departamento determinar que existem circunstâncias excepcionais para atrasar a decisão.
7. O Departamento Estadual de Educação de NH deverá incluir procedimentos para a implementação efetiva da decisão final, incluindo atividades de assistência técnica, negociação e ações corretivas para atingir o cumprimento.
8. Se qualquer parte for prejudicada pela decisão, ele/ela terá 10 dias da data em que a decisão for recebida para a solicitação da reconsideração. Dentro de 20 dias a partir do recebimento de uma solicitação para a reconsideração, o Comissário determinará se a reconsideração é merecida, conduzirá uma reconsideração se apropriado, e emitirá uma decisão final. Qualquer parte ainda prejudicada poderá solicitar uma audiência de processo devido ou registrar uma apelação de acordo com a Ed 200.
9. O Departamento Estadual de Educação de NH deverá distribuir as informações sobre os procedimentos de queixas para você e para os indivíduos interessados, incluindo Centros de Treinamento e Informação Parentais, Agências de Proteção e Defesa, Centros Comunitários Independentes e outras entidades apropriadas.

10. Quando o Departamento Estadual de Educação de NH determinar que houve uma falha no fornecimento dos serviços apropriados isto poderá outorgar reembolso monetário ou outra ação corretiva apropriada às necessidades da criança e para garantir que os serviços apropriados sejam providos futuramente à criança portadora de necessidades especiais.

Resolução Alternativa de Disputas

Normas para Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais de New Hampshire ~ Ed 1122

Os pais e os distritos escolares deverão resolver os desacordos da maneira menos adversa possível. Quando você tiver uma preocupação ou desacordo com o distrito escolar as tentativas para resolver isto deverão começar no menor nível administrativo possível. Quando estas tentativas não forem possíveis ou bem sucedidas, métodos de resolução de disputa alternativa formal tal como mediação ou conferência neutra poderão ser uma opção viável. Os distritos escolares deverão desenvolver procedimentos que ofereçam a você, e às escolas que optarem por não utilizar o processo de mediação, uma oportunidade em encontrar, em um horário e local conveniente para você com uma pessoa que não tenha interesse pessoal ou profissional. Se estas alternativas não forem apropriadas ou bem sucedidas, uma queixa de processo devido poderá ser registrada por ambas as partes, levando a uma audiência de processo devido.

Facilitador IEP A fim de auxiliar as equipes inaptas a atingir um acordo, o Departamento Estadual de Educação de NH disponibilizará um facilitador IEP treinado para a equipe. Tanto os distritos escolares quanto os pais deverão estar em comum acordo sobre ter um facilitador IEP. Os facilitadores IEP prestam um serviço gratuito fornecido pelo Departamento Estadual de Educação de NH.

Conferência Neutra Uma conferência neutra é uma opção que está aberta tanto para você quanto para o distrito escolar. Isto é um processo confidencial voluntário facilitado por um profissional treinado (neutro) que ouça ambos os lados de uma disputa e faça uma recomendação para que ambos os lados adotem ou recusem. Um pai pode requerer que o distrito escolar de seu filho registre uma solicitação junto ao Departamento Estadual de Educação de NH. Conferências neutras é um serviço gratuito fornecido pelo Departamento Estadual de Educação de NH. Se você desejar mais informações, por favor, entre em contato com o Oficial de Legislação e Audiências em (603) 271-2299.

O distrito escolar deverá tornar a mediação disponível para permitir que você e o distrito escolar resolvam desacordos envolvendo qualquer assunto sobre a IDEA 2004 que destaquem o processo de educação especial incluindo assuntos que surgirem antes do registro de uma queixa de processo devido. Assim, a mediação estará disponível para resolver as disputas da IDEA 2004, independente se você tiver registrado ou não uma queixa de processo devido para requerer uma audiência de processo devido.

Os procedimentos deverão garantir que o processo de mediação:

- seja voluntário de sua parte e de parte do distrito escolar;
- não seja utilizado para negar ou atrasar uma audiência de processo devido, ou negar quaisquer outros direitos que você possa ter de acordo com a IDEA 2004; e
- seja conduzido por um mediador qualificado e imparcial treinado em técnicas de mediação efetiva.

Distrito Escolar O distrito escolar deverá desenvolver procedimentos de resolução de disputa que possam ser oferecidos a você e a sua escola se o processo de mediação não for selecionado. O distrito escolar poderá lhe oferecer uma oportunidade de se reunir, em um

momento e local conveniente para você, com alguém que não tenha interesse pessoal ou profissional no resultado de uma disputa e que possa ajudar a resolvê-la:

- quem estiver sob contrato com uma entidade de resolução de disputa alternativa apropriada, ou Centro de Informações aos Pais ou centro de recursos comunitários de pais em New Hampshire; **e**
- quem explicará os benefícios e encorajará o uso do processo de mediação a você.

Departamento Estadual de Educação de New Hampshire O Departamento Estadual de Educação de NH mantém uma lista de pessoas que são mediadores qualificados e conhecem as leis e regulamentos relacionados à provisão de educação especial e serviços relacionados. O Departamento Estadual de Educação de NH deverá selecionar mediadores de forma aleatória, rotativa ou de outra maneira imparcial.

O Departamento Estadual de Educação de NH é responsável pelo custo do processo de mediação, incluindo o custo das reuniões. Cada reunião no processo de mediação deverá ser programada de forma pontual e mantida em um local que seja conveniente para você e para seu distrito escolar.

Se você e seu distrito escolar resolverem uma disputa através do processo de mediação, ambas as partes deverão celebrar um acordo legalmente compulsório que expõe a resolução e que:

- declara que todas as discussões que vierem a ocorrer durante o processo de mediação permanecerão confidenciais e não poderão ser utilizadas como evidência em qualquer audiência de processo devido ou processo civil subsequente;

e

- seja assinada por você e por um representante do distrito escolar com a autoridade para unir o distrito escolar.

O acordo de mediação por escrito e assinado é executável em qualquer corte estadual de jurisdição competente (uma corte que possua a autoridade sob a lei estadual para ouvir este tipo de caso) ou em uma corte distrital dos Estados Unidos. As discussões que ocorreram durante o processo de mediação devem ser confidenciais e independentes se o acordo for ou não atingido. Quaisquer discussões não poderão ser utilizadas como evidência em qualquer audiência futura de processo devido ou processo civil ou qualquer corte federal ou corte estadual de um estado recebendo assistência da IDEA 2004.

Imparcialidade do Mediador O mediador:

- não poderá ser um funcionário da Agência Educacional Estadual ou do distrito escolar que esteja envolvido na educação ou cuidado de seu filho; **e**
- não deverá possuir um interesse pessoal ou profissional que entre em conflito com a objetividade do mediador.
- deverá ser treinado em técnicas efetivas de mediação, sendo experiente em leis e regulamentos de educação especial e ser imparcial.

Uma pessoa que de outra forma se qualificar como um mediador, não é um funcionário do distrito escolar ou agência estadual somente porque ele ou ela é pago pela agência ou pelo distrito escolar para servir como um mediador.

Procedimentos de Processo Devido de Queixa

Normas para Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais de New Hampshire ~ Ed 1123

Informações Gerais com relação ao Processo Devido Seu distrito escolar poderá registrar uma queixa de audiência de processo devido sobre qualquer assunto relacionado a uma proposta ou uma recusa para iniciar ou alterar a identificação, avaliação ou posicionamento educacional de seu filho, ou a provisão de uma educação pública apropriada gratuita (FAPE) a seu filho. O período de tempo para os procedimentos de audiência é de 45 dias incluindo um período de resolução de 30 dias. Um distrito escolar deverá oferecer uma reunião de resolução se os pais tiverem requerido a audiência de processo devido.

A queixa de processo devido deverá alegar uma violação que ocorreu há não mais do que dois anos antes que você ou o distrito escolar souber ou devesse saber sobre a ação alegada que forma a base da queixa de processo devido. Se você estiver requerendo uma audiência de processo devido para cobrir o custo de um posicionamento unilateral, deverá registrar a solicitação dentro de 90 dias do posicionamento unilateral.

O cronograma acima não se aplica a uma queixa de processo devido dentro do cronograma porque o distrito escolar:

- adulterou especificamente o que foi resolvido nos assuntos identificados na queixa; **ou**
- reteve informações suas que você solicitou, de acordo com a IDEA 2004.

O distrito escolar deverá lhe informar sobre quaisquer serviços gratuitos ou de baixo custo legal e outros serviços relevantes disponíveis na área se você solicitar a informação, **ou** se você ou o distrito escolar registrar uma queixa de processo devido.

Registro de uma Queixa de Processo Devido Para solicitar uma audiência, você ou o distrito escolar (ou seu advogado ou advogado do distrito escolar) deverá submeter uma queixa de processo devido à outra parte. Esta queixa deverá conter todo o conteúdo listado abaixo e deverá ser mantida em confidencialidade.

Você ou o distrito escolar, aquele que tiver registrado a queixa, deverá também fornecer ao Departamento Estadual de Educação de NH uma cópia da queixa. Uma audiência de processo devido não poderá ser mantida até que a queixa de processo devido seja registrada.

A queixa de processo devido deverá incluir:

1. o nome da criança;
2. o endereço de residência da criança;
3. o nome da escola da criança;
4. se a criança for uma criança ou jovem sem-teto, as informações de contato da criança, e o nome da escola da criança;
5. uma descrição da natureza do problema da criança relacionado à ação proposta ou recusada, incluindo fatos relacionados ao problema; **e**
6. uma resolução proposta ao problema na medida conhecida e disponível a você ou ao distrito escolar no momento.

Queixa de Processo Devido Para que uma queixa de processo devido vá adiante ela deve ser considerada suficiente. A queixa de processo devido será considerada suficiente (como tendo atendido os requerimentos acima) a menos que a parte que

receber a queixa de processo devido (você ou o distrito escolar) notifique o oficial de audiência e a outra parte, por escrito, dentro de 15 dias do recebimento da queixa, que a parte receptora acredita que a queixa de processo devido não atende os requerimentos listados acima.

Se dentro de 5 dias do recebimento da notificação a parte receptora (você ou o distrito escolar) considerar uma queixa de processo devido insuficiente, o oficial de audiência deverá decidir se a queixa de processo devido atende às exigências listadas acima, e notificar você ou o distrito escolar por escrito imediatamente.

Se quaisquer das partes requererem uma audiência expressa, o aviso também deverá declarar as bases disciplinares da solicitação.

Alterações à Queixa Você ou o distrito escolar poderá realizar alterações à queixa de processo devido apenas se:

- a outra parte aprovar as alterações por escrito e receber a chance de resolver a queixa de processo devido através de uma reunião de resolução, descrito abaixo; **ou**
- se não depois de cinco dias antes da audiência de processo devido começar, o oficial de audiência concederá permissão para as alterações.

Se a parte reclamante (você ou o distrito escolar) fizer alterações à queixa de processo devido, o cronograma para a reunião de resolução (dentro de 15 dias do recebimento da queixa) e o período de tempo para a resolução (dentro de 30 dias do recebimento da queixa) começará novamente na data que a queixa corrigida for registrada.

Resposta do Distrito Escolar a uma Queixa de Processo Devido Se o distrito escolar não tiver enviado um Aviso Prévio Por Escrito (WPN) a você com relação ao assunto contido em sua queixa de processo devido, o distrito escolar deverá, dentro de 10 dias do recebimento da queixa de processo devido, enviar a você uma resposta que inclua:

- uma explicação do porquê o distrito escolar propôs ou recusou a tomada de ação levantada na queixa de processo devido;
- uma de outras opções que a Equipe do Programa de Educação Individualizada (IEP) de seu filho considerou e as razões pelas quais estas opções foram rejeitadas;
- uma descrição de cada procedimento, avaliação, registro ou relatório de avaliação que o distrito escolar utilizou como base para a ação proposta ou recusada; **e**
- uma descrição de outros fatores que são relevantes à proposta ou recusa da ação pelo distrito escolar.

O fornecimento de informações nos itens acima não impede ao distrito escolar afirmar que sua queixa de processo devido foi insuficiente.

Resposta dos Pais a uma Queixa de Processo Devido Quando você, como a parte recebedora de uma queixa de processo devido, registrada pelo distrito escolar e a outra parte, você deve enviar uma resposta que trate especificamente dos assuntos na queixa ao distrito escolar e à outra parte.

Requisição Separada para uma Audiência de Processo Devido Nada na seção de procedimentos de garantias dos regulamentos federais sob a Parte B de IDEA 2004 (34 CFR §§300.500 a 300.536) poderá ser interpretado para impedir que você registre uma queixa de processo devido individual sobre um assunto separado do assunto na queixa de processo devido já registrada.

Formulários de Modelo O Departamento Estadual de Educação de NH desenvolveu modelos de formulários para lhe ajudar a registrar uma queixa de processo devido e uma queixa estadual. Estes podem ser obtidos contatando a escola de seu filho, o Departamento Estadual de Educação de NH, 101 Pleasant Street Concord, N.H. 03301 ou o website do Departamento: http://www.education.nh.gov/instruction/special_ed/complaint.htm. Você não é obrigado a utilizar estes formulários modelo. Você poderá utilizar estes ou outros modelos de formulários apropriados, contanto que contenham as informações requeridas para o registro de uma queixa de processo devido ou uma queixa estadual.

Mediação O distrito escolar deverá tornar a mediação disponível para permitir que você e o distrito escolar resolvam desacordos envolvendo qualquer assunto sobre IDEA 2004, incluindo assuntos surgindo antes do registro de uma queixa de processo devido. Assim, a mediação estará disponível para resolver disputas de acordo com a IDEA 2004, independente se você tiver registrado ou não uma queixa de processo devido para requerer uma audiência de processo devido.

Requerimentos de Mediação

- é voluntário de sua parte e da parte do distrito escolar;
- não é utilizado para negar ou atrasar uma audiência de processo devido, ou negar quaisquer outros direitos que você possa ter de acordo com a IDEA 2004; **e**
- é conduzido por um mediador qualificado e imparcial que seja treinado em técnicas de mediação efetiva.

O Departamento Estadual de Educação de N.H. possui uma lista de pessoas que são mediadores qualificados e possuem conhecimento sobre as leis e regulamentos relacionados à provisão de educação especial e serviços relacionados. Os mediadores são selecionados de forma aleatória, rotativa ou imparcialmente. O custo da mediação é assumido pelo Departamento Estadual de Educação de N.H.

Imparcialidade do Mediador O mediador:

- não pode ser um funcionário da Agência Educacional Estadual ou do distrito escolar que esteja envolvido na educação ou cuidado de seu filho; **e**
- não deve possuir um interesse pessoal ou profissional que entre em conflito com a objetividade do mediador.

Uma pessoa que de outra forma se qualifique como um mediador não é um funcionário do distrito escolar ou agência estadual somente porque ele ou ela é pago pela agência ou pelo distrito escolar para servir como um mediador.

Cada reunião no processo de mediação deve ser programada de forma pontual e realizada em um local que seja conveniente para você e para seu distrito escolar.

Se você e seu distrito escolar resolverem uma disputa através do processo de mediação, ambas as partes deverão celebrar um acordo legalmente compulsório que exporá a resolução e que:

- declarem que todas as discussões que ocorrerem durante o processo de mediação permanecerão confidenciais e não poderão ser utilizadas como evidência em qualquer audiência de processo devido ou processo civil subsequente; **e**
- sejam assinadas por você e por um representante do distrito escolar que possuir a autoridade para incluir o distrito escolar.

Um acordo de mediação por escrito e assinado é executável em qualquer corte estadual de jurisdição competente (uma corte que possua a autoridade sob a lei estadual para ouvir este tipo de caso) ou em uma corte distrital dos Estados Unidos.

A Colocação da Criança Enquanto a Queixa e a Audiência de Processo Devido Estão Pendentes Seu filho deverá permanecer em sua colocação educacional durante o prazo do processo devido exceto sob as provisões do “posicionamento alternativo interino devido a uma remoção disciplinar.” Se a queixa de processo devido envolver um requerimento para admissão inicial em escola pública, seu filho, com seu consentimento, deverá ser colocado no programa escolar público regular até a completude de todos os procedimentos.

Se a queixa de processo devido envolver uma requisição para serviços iniciais para seu filho transacionando dos Suportes e Serviços Precoces sob a Parte C de IDEA 2004 ou porque seu filho entrou na educação básica, não é pedido ao distrito escolar o provimento dos suportes e serviços precoces que seu filho estava recebendo. Se seu filho for considerado elegível na IDEA 2004 e você consentir que seu filho receba educação especial e serviços relacionados pela primeira vez, então, de acordo com o resultado dos procedimentos, o distrito escolar deverá fornecer esta educação especial e serviços relacionados que não estiverem em disputa (aqueles com que você e o distrito escolar concordarem).

Reunião de Resolução Dentro de 15 dias a partir do recebimento do aviso de sua queixa de processo devido, e antes que a audiência de processo devido comece, o distrito escolar deverá convocar uma reunião de resolução com você e o membro ou membros relevantes da equipe do Programa de Educação Individualizada (IEP) que possuem conhecimento específico dos fatos identificados em sua queixa de processo devido. A reunião:

- deverá incluir um representante do distrito escolar que possuir autoridade de tomada de decisão em benefício do distrito escolar; **e**
- não poderá incluir um advogado do distrito escolar a menos que você esteja acompanhado por um advogado.

O propósito da reunião é para que você discuta sua queixa de processo devido, e os fatos que embasaram a queixa, de forma que o distrito escolar tenha a oportunidade de resolver a disputa. A reunião de resolução não será necessária se:

- você e o distrito escolar concordarem por escrito em dispensar a reunião; **ou**
- você e o distrito escolar concordarem em utilizar o processo de mediação.

Período de Resolução Se o distrito escolar não tiver resolvido a queixa de processo devido de acordo com as suas necessidades, dentro de 30 dias do recebimento da queixa de audiência de processo devido (durante o período de tempo para o processo de resolução), a audiência de processo devido pode ocorrer.

O cronograma de 45 dias para a emissão de uma decisão final começará na expiração do período de resolução de 30 dias, com certas exceções para ajustes feitos no período de resolução de 30 dias, conforme descrito abaixo. Exceto quando você e o distrito escolar acordarem em dispensar o processo de resolução ou em utilizar mediação, a sua não participação da reunião de mediação atrasará os prazos para o processo de resolução e a audiência de processo devido até que você concorde em participar de uma reunião.

Se depois de realizar esforços razoáveis e documentar tais esforços, o distrito escolar não conseguiu a sua participação na reunião de resolução, o distrito escolar poderá, no final do período de resolução de 30 dias, requerer que um oficial de audiência dispense sua queixa de processo devido.

A documentação de tais esforços deverá incluir um registro das tentativas do distrito escolar em arranjar um horário e local mutuamente acordado, tais como:

- registros detalhados de chamadas telefônicas feitas ou tentadas e os resultados destas chamadas;
- cópias de correspondência enviada para você e quaisquer respostas recebidas; e
- registros detalhados de visitas feitas a sua casa ou seu local de trabalho e o resultado destas visitas.

Se o distrito escolar não realizar uma reunião de resolução dentro de 15 dias a partir do recebimento de aviso de recebimento de sua queixa de processo devido **ou** não participar de uma reunião de decisão, você poderá pedir a um oficial de audiência que o cronograma de 45 dias da audiência de processo devido comece.

Ajustes ao Período de Resolução de 30 Dias Se você e o distrito escolar concordarem, por escrito, em dispensar a reunião de resolução, então o cronograma de 45 dias para a audiência de processo devido começará no dia seguinte.

Depois do início da mediação ou a reunião de mediação e antes do final do período de 30 dias, se você e o distrito escolar concordarem, por escrito, que o acordo é possível, então o cronograma de 45 dias para a audiência de processo devido começará no dia seguinte.

Se você e o distrito escolar concordarem em utilizar o processo de mediação, no final do período de resolução de 30 dias, ambas as partes devem concordar, por escrito, em continuar a mediação até que um acordo seja atingido. Contudo, se você ou o distrito escolar se retirar do processo de mediação, então o cronograma de 45 dias para a audiência de processo devido começará no dia seguinte.

Acordo de Liquidação por Escrito Se uma resolução à disputa for alcançada na reunião de resolução, você e o distrito escolar deverão entrar em um acordo legalmente compulsório que é:

- assinado por você e por um representante do distrito escolar que possui a autoridade para unir o distrito escolar; **e**
- executável por qualquer corte estadual de jurisdição competente (uma corte estadual que possuir autoridade para ouvir este tipo de caso) ou em uma corte distrital dos Estados Unidos ou pela Agência Educacional Estadual, se seu estado possuir outro mecanismo ou procedimentos que permitam que as partes busquem reforço de acordos de resolução.

Período de Revisão de Acordo Se você e o distrito escolar entrarem em um acordo como resultado de uma reunião de resolução, ambas as partes (você e o distrito escolar) podem anular o acordo dentro de 3 dias úteis desde o momento em que você e o distrito escolar assinaram o acordo.

Audiência de Processo Devido Imparcial

Normas para Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais de New Hampshire ~ Ed 1123

Em New Hampshire, o Departamento Estadual de NH é responsável pela convocação de audiências de processo devido e uma apelação de uma decisão de audiência de processo devido é direcionada a uma corte.

O Departamento Estadual de Educação de NH deverá programar datas tanto para uma conferência pré-audiência quanto para uma audiência. O Oficial de Audiência, para o propósito de esclarecimento dos assuntos a serem tratados na audiência, conduz a conferência pré-audiência. A conferência pré-audiência é também uma oportunidade para discutir ofertas de liquidação.

A audiência de processo devido é realizada em não mais que 14 dias depois da conclusão da conferência pré-audiência. Exceto para demonstração de boa causa, uma audiência administrativa de processo devido será limitada a 2 dias.

Direitos de Audiência Qualquer parte em uma audiência de processo devido (incluindo uma audiência relacionada a procedimentos disciplinares) tem direito a:

- ser acompanhada e aconselhada por um advogado e/ou pessoas com conhecimento ou treinamento especial com relação a problemas de crianças com deficiências;
- apresentar evidência e confrontar, fazer exame cruzado e requerer a participação de testemunhas;
- proibir a introdução de qualquer evidência na audiência que não tenha sido revelada àquela parte em pelo menos cinco dias de antecedência;
- obter um registro por escrito, ou, sob sua opção, eletrônico, palavra-por-palavra da audiência;
- e**
- obter achados por escrito, ou, sob sua opção, eletrônicos dos fatos e decisões.

Direitos Adicionais dos Pais em Audiências Você deve ter o direito a:

- ter seu filho presente;
- abrir a audiência ao público; **e**
- ter o registro da audiência, os achados do fato e as decisões sem custo.

Revelação adicional de informações Pelo menos cinco dias úteis antes de uma audiência de processo devido, você e o distrito escolar deverão revelar um ao outro toda a evidência documental, lista de testemunhas e avaliações, incluindo avaliações independentes, completas até a data e recomendações com base nestas avaliações que você ou o distrito escolar pretenderem utilizar na audiência.

Um oficial de audiência poderá prevenir qualquer parte que não cumpra com este requerimento de introduzir a avaliação ou recomendação relevante à audiência sem o consentimento da outra parte.

Assunto da Audiência de Processo Devido A parte (ou o distrito escolar) que solicitar a audiência de processo devido poderá não levantar assuntos à audiência do processo devido que não foram tratadas na queixa de processo devido, a menos que a outra parte concorde.

Oficial de Audiência Imparcial No mínimo, um oficial de audiência:

- não poderá ser um funcionário da Agência Educacional Estadual ou do distrito escolar que esteja envolvido na educação ou cuidado de seu filho. Contudo, uma pessoa que não seja um

- funcionário da agência somente, porque ele é pago pela agência para servir como um oficial de audiência;
- não deverá possuir um interesse pessoal ou profissional que entrar em conflito com a objetividade do mediador de audiência na audiência;
 - deverá conhecer e entender as provisões da IDEA 2004, e regulamentos federais e estaduais pertencentes a IDEA 2004, e interpretações legais de IDEA 2004 pelas cortes federais e estaduais; **e**
 - deverá ter o conhecimento e habilidade para conduzir audiências, e tomar e escrever decisões, consistentes com práticas legais padrão apropriadas.

Decisões da Audiência Uma decisão de oficial de audiência a respeito de seu filho receber uma educação pública apropriada gratuita (FAPE) deverá ser baseada em sólidos fundamentos. Em assuntos alegando uma violação processual, um oficial de audiência poderá considerar que seu filho não recebeu FAPE apenas se inadequações de processo tiverem :

- Interferido no direito de seu filho em freqüentar uma educação pública apropriada gratuita (FAPE);
- interferido significativamente com sua oportunidade em participar no processo de tomada de decisão com relação à provisão de uma educação pública apropriada gratuita (FAPE) para seu filho; **ou**
- causado uma privação de um benefício educacional.

Se você ou o distrito escolar discordarem da decisão do Oficial de Audiência, as partes poderão registrar uma apelação na Corte Superior de N.H. ou corte federal dentro de 120 dias a partir do recebimento da decisão final.

Cláusula de Construção Nenhuma das provisões descritas acima poderá ser interpretada de forma a impedir um oficial de audiência de ordenar que um distrito escolar cumpra com os requerimentos na seção de procedimentos de garantias dos regulamentos federais sob IDEA 2004 (34 CFR §§300.500 a 300.536).

Achados e Decisão a Painel Consultor e Público em Geral O Departamento Estadual de Educação de NH, depois de excluir qualquer informação identificável pessoalmente, deverá:

- fornecer os achados e decisões na audiência de processo devido ou apelar ao painel consultor de educação especial do estado; **e**
- ***tornar estes achados e decisões disponíveis ao público.***

Audiências Expressas: Audiências de Processo Devido dentro de 45 Dias Sem Extensões

O Departamento Estadual de Educação de NH marcará uma audiência expressa dentro de 20 dias escolares a partir do recebimento de solicitação para tal audiência. Uma sessão de resolução deverá ser realizada dentro de 7 dias e a decisão provida dentro de 10 dias escolares. Uma audiência expressa será marcada quando requerido se:

1. o distrito escolar acreditar que manter a criança no programa escolar atual provavelmente resultará em prejuízo à mesma e então o distrito escolar desejar colocar a criança em um ambiente educacional alternativo interino por 45 dias ou menos, e os pais não concordarem;
2. os pais acreditarem que a criança tiver sido mantida fora da escola por mais de 10 dias seguidos **ou** 10 dias em um ano escolar sem que a escola seguisse os procedimentos apropriados;
 - a) os pais não concordarem com a colocação escolar da criança em um ambiente educacional alternativo interino; ou
 - b) os pais não concordarem com a decisão de determinação manifestada.

Quando a criança for colocada em um Ambiente Educacional Alternativo Interino (IAES) de 45 dias, a criança permanecerá na colocação até que:

- (1) o oficial de Audiência decida diferentemente,
- (2) o final dos 45 dias, ou
- (3) as partes concordem em um posicionamento diferente. Em caso de uma disputa, o ambiente educacional alternativo interino tornar-se-á o ambiente “fixo” da criança pelos 45 dias remanescentes de IAES. Quando os 45 dias IAES tiverem terminado, a criança retornará ao programa escolar na qual estava posicionada antes do posicionamento interino de 45 dias, a menos que o Oficial de Audiência ordene outros 45 dias de Ambiente Educacional Alternativo Interino.

Finalidade de Decisão, Apelação, Revisão Imparcial Se os pais ou o distrito escolar discordarem da decisão do Oficial de Audiência, eles podem registrar uma apelação em corte superior estadual ou corte federal dentro de 120 dias do momento em que recebe a decisão final do Oficial de Audiência.

O manejo da corte receberá os registros da audiência de processo devido e ouvirá evidências adicionais se pedido pelos pais ou pelo distrito escolar. A corte tomará uma decisão sobre a apelação e concederá o alívio que a corte determinar apropriado, se algum, com base em uma preponderância (51% ou mais) da evidência.

Nada nesta parte restringe ou limita os direitos, procedimentos e correções disponíveis sob a Constituição, o Ato de Americanos com Deficiências de 1990, Título V do Ato de Reabilitação de 1973, ou outras leis federais protegendo os direitos de crianças portadoras de necessidades especiais, exceto que antes do registro de uma ação civil sob estas leis buscando alívio seja também disponível sob a seção 615, os procedimentos sob 300.507 e 300.510 (3/99) devem ser exauridos na mesma medida que seria requerida se a ação tivesse sido tomada sob a seção 615 do Ato.

Prazos e Conveniência de Audiência e Revisões O Departamento Estadual de Educação de NH deve garantir que não após 45 dias depois da expiração do período de 30 dias das reuniões de resolução **ou**, conforme descrito sob o subtítulo **Ajustes ao período de resolução de 30 dias**, não após 45 dias além da expiração do período de tempo ajustado:

- uma decisão final seja atingida na audiência; **e**
- uma cópia da decisão seja enviada para cada uma das partes.

Um oficial de audiência deverá conceder extensões específicas de tempo além do período de 45 dias descrito acima, quando as partes solicitarem.

Cada audiência deverá ser conduzida em um horário e local que seja razoavelmente conveniente para você e para o seu filho.

Ações Cíveis, Incluindo o Período de Tempo de Registro Qualquer parte (você ou o distrito escolar) que não concordar com os achados e decisão na audiência de processo devido (incluindo uma audiência relacionada a procedimentos disciplinares) terá o direito de executar uma ação civil com relação ao assunto que foi o sujeito da audiência de processo devido. Uma apelação de uma decisão final do Oficial de Audiência poderá ser registrada na corte superior estadual ou corte federal dentro de 90 dias do recebimento da decisão final do Oficial de Audiência. Todas as tais decisões deverão ser enviadas ao Departamento Estadual de Educação a ambas as partes por carta registrada com recibo de recebimento requerido.

Reembolso de Honorários Advocatícios e Taxas de Testemunhas Especialistas A partir de 1º de janeiro de 2009; de acordo com a RSA 186- C:16(b)(V) NH uma ação com relação a 20 U.S.C. seção 1415(i)(3) buscando reembolso por honorários advocatícios ou buscando reembolso por taxas de testemunhas especialistas será iniciada dentro de 120 dias a partir do recebimento da decisão final de acordo com a RSA 186-C:16-b, IV NH. Todas as tais decisões

deverão ser enviadas por carta certificada com recibo de recebimento requerido.

1. o tribunal poderá outorgar reembolso aos pais de uma criança portadora de necessidade especial pelas taxas de testemunhas especialistas incorridas como parte da queixa de processo devido na qual os pais foram a parte prevalecente e quando a corte determinar que a escola não atuou em boa fé no desenvolvimento ou implementação de um programa de educação individualizada para a criança, incluindo colocação apropriada.
2. o tribunal poderá negar ou reduzir o reembolso de taxas de testemunhas especialistas se o oficial de audiência determinar que:
 - a) as testemunhas especialistas não eram um componente necessário à queixa dos pais;
 - b) a taxa de testemunhas especialistas excede um montante que seja razoável, dado o tipo e local do serviço provido e a habilidade, reputação e experiência das testemunhas especialistas;
 - c) os pais, ou o advogado dos pais, não forneceram aviso do distrito escolar de sua intenção de ter testemunhas especialistas participando na audiência de processo devido.

Honorários Advocatícios

Normas para Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais de New Hampshire ~ Ed 1123.01

Um pai que seja a parte prevalecente (obtenha uma sentença favorável, ou em alguns casos, uma sentença que seja primariamente responsável) em uma audiência de processo devido ou em uma apelação em corte da decisão de um Oficial de Audiência, pode ser conferido ao reembolso de honorários advocatícios razoáveis. De acordo com RSA 186 – C:16 (b) (IV) um pai deve registrar uma solicitação de reembolso de honorários advocatícios em corte estadual ou federal dentro de 120 dias a partir do recebimento da decisão do Oficial de Audiência.

O montante de honorário advocatício razoável que pode ser outorgado é baseado em taxas prevalecentes na comunidade na qual a ação ou a audiência foi proposta para o tipo de serviço fornecido. Nenhum bônus ou multiplicador poderá ser utilizado no cálculo dos honorários outorgados.

Os honorários advocatícios dos pais não serão reembolsados por participação em uma reunião IEP a menos que a reunião seja mantida por ordem do Oficial de Audiência ou uma ordem da corte. Os honorários advocatícios não serão reembolsados por participação em uma reunião de mediação ou mediação.

A um pai pode não ser conferido o reembolso dos honorários advocatícios e custos relacionados se estes foram auferidos depois que um distrito escolar fez uma oferta por escrito para liquidar o assunto.

Os honorários advocatícios dos pais são elegíveis para consideração de reembolso quando:

- a oferta por escrito é feita pelo distrito escolar mais de 10 dias antes do início da audiência;
- uma oferta por escrito não foi aceita pelos pais dentro de 10 dias; e
- o alívio finalmente concedido aos pais não é maior do que a oferta anterior de liquidar o assunto.

A corte poderá ordenar o reembolso de seus honorários advocatícios se ela considerar que os pais tiveram sucesso na audiência ou na apelação em corte e tiveram boa razão para não aceitar a oferta do distrito escolar em liquidar o assunto.

A corte poderá reduzir o montante dos honorários advocatícios dos pais a ser reembolsado se considerar que:

- você ou seu advogado, durante a audiência ou apelação em corte, tiver atrasado de forma não razoável a resolução final da disputa;
- o montante dos honorários advocatícios for maior do que das taxas horárias para advogados na comunidade que fornece o mesmo tipo de serviços e que possui habilidades, reputação e experiência similares;
- o tempo gasto e os serviços legais tiverem sido excessivos considerando o tipo de audiência ou apelação em corte, e os assuntos tratados; ou
- o advogado dos pais não tiver fornecido ao LEA as informações apropriadas no aviso de solicitação de processo devido.

Contudo, a corte poderá não reduzir os honorários se a corte considerar que o estado ou o distrito escolar atrasou de maneira não razoável a resolução final da ação ou processo ou que houve uma violação de acordo com as disposições dos procedimentos de garantias da IDEA 2004.

Os honorários advocatícios razoáveis poderão ser outorgados a uma Agência Educacional Estadual ou distrito escolar prevalecente:

- diante do advogado dos pais se a queixa de processo devido registrada ou causa de ação subsequente for inconsistente, não razoável ou sem fundamento; ou
- diante do advogado dos pais que tenha continuado a litigar depois que se tornou inconsistente, não razoável ou sem fundamento; ou
- diante do advogado dos pais **ou dos pais**, se a queixa de processo devido ou ação subsequente dos pais foi apresentada por qualquer propósito impróprio, tal como para perturbar, ou causar atraso desnecessário, ou para aumentar sem necessidade o custo do litígio.

Procedimentos na Aplicação de Disciplina às Crianças Portadoras de Necessidades Educativas Especiais

Normas para Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais de New Hampshire ~ Ed 1124

Remoções que Constituem Alteração da Colocação Remoção de um aluno com base em assuntos disciplinares, **se** não for depois de 10 dias escolares consecutivos ou um padrão de remoções de curto prazo que totalizem 10 dias escolares, constitui uma “alteração da colocação.” Quando isto acontecer, você deverá receber uma cópia do aviso de procedimentos de garantias. Uma reunião da Equipe IEP deverá ser então mantida, dentro de dez dias da decisão, para remover seu filho pelo que equivalha a uma alteração em posicionamento, e a Equipe IEP *deverá* determinar se o comportamento foi uma “manifestação” da necessidade especial de seu filho. Uma determinação de manifestação é a decisão da Equipe IEP de que o comportamento de seu filho esta ou não relacionado a sua necessidade especial. Para isto, a Equipe IEP deverá procurar duas possibilidades:

1. A conduta (comportamento) “foi causada por, ou teve uma relação direta ou substancial com a necessidade especial de seu filho” ou
2. A conduta (comportamento) em questão “foi o resultado direto da falha do distrito escolar em implementar o IEP.”

Se a Equipe IEP determinar que o comportamento **foi** uma manifestação da necessidade especial de seu filho, **então** a Equipe IEP deve fazer um dos seguintes:

- conduzir uma avaliação de comportamento funcional (FBA) a menos que o distrito escolar já tenha realizado uma FBA e desenvolvido um plano de intervenção comportamental; ou
- revisar o plano de intervenção comportamental e modificá-lo conforme necessário.

Determinação de Manifestação Quando seu filho receber uma suspensão que é uma alteração na colocação, assim que a decisão for feita para a tomada desta ação, você deverá ser notificado e receber o aviso de salvaguarda processual. Imediatamente, porém não depois de 10 dias escolares da decisão tomada, a Equipe IEP e outros profissionais qualificados, tal como um psicólogo escolar, deverá realizar uma reunião, para fazer uma determinação de manifestação. Se uma já não tiver sido realizada, uma FBA deverá ser também conduzida e um plano de intervenção comportamental deve ser desenvolvido. Isto poderá ocorrer na mesma reunião na qual a determinação de manifestação é feita.

Uma reunião de determinação de manifestação deverá ser mantida exceto quando o comportamento envolver as seguintes “circunstâncias especiais.” A criança:

- portava uma arma, ou possuía uma arma, na escola, nas suas instalações ou em uma função escolar;
- sabidamente possuía ou utilizava drogas ilegais, ou vendia ou solicitava a venda de uma substância controlada, na escola ou em uma função escolar; OU
- provocou sérios ferimentos físicos em outra pessoa na escola, nas suas instalações ou em uma função escolar.

Remoção para Um Ambiente de Educação Alternativo Interino (IAES) Sob “circunstâncias especiais,” (lembrar que a IDEA 2004 permite uma abordagem “caso-a-caso” para assuntos disciplinares), o pessoal escolar poderá remover um aluno a um IAES por não mais do que 45 dias escolares “sem relação a se o comportamento foi uma manifestação da deficiência de uma criança”, se a criança:

- portava uma arma, ou possuía uma arma, na escola ou em uma função escolar;
- sabidamente possuía ou utilizava drogas ilegais, ou vendia ou utilizava substâncias controladas, na escola ou em uma função escolar; OU
- provocou sérios ferimentos físicos em outra pessoa na escola, nas suas instalações ou em uma função escolar.

Adicionalmente, um Oficial de Audiência pode posicionar um estudante, pela razão do estudante apresentar um perigo significativo a si mesmo e aos outros no posicionamento atual do aluno, em um IAES por **até 45 dias escolares** pela condução de uma audiência de processo devido expresso.

O IAES é determinado pela Equipe IEP, independente de quem decidiu remover a criança. O IAES deve permitir que a criança continue a progredir no currículo geral e em direção as metas do IEP, embora esteja em outro ambiente. Os serviços designados para prevenir a recorrência do comportamento devem também ser providos.

Durante a colocação da criança no IAES, a Equipe IEP deve (se já não o tiver feito) conduzir uma FBA e desenvolver um plano de intervenção comportamental positivo. Uma reunião de determinação de manifestação também precisará ser realizada. No momento em que o aluno está no IAES é permitido a Equipe IEP:

- remover o aluno da atual colocação;
- considerar a adequação do IEP atual e as alterações propostas, se apropriado; e
- considerar a adequação do posicionamento onde o incidente ocorreu e as alterações propostas, se apropriado.

Definições: Uma substância controlada significa uma droga ou outra substância identificada nos cronogramas I, II, III, IV ou V na seção 202 (c) do Ato de Substâncias Controladas (21 USC 812(c).

Uma droga ilegal significa uma substância controlada, porém não inclui uma substância que seja legalmente possuída ou utilizada por qualquer outra autoridade de acordo com o Ato ou qualquer outra provisão da legislação federal.

Arma possui o significado dado no termo “arma perigosa” sob o parágrafo (2) da primeira sub-seção (g) da seção 94\30 do título 18, USC.

Ferimento corporal sério possui o significado dado a este termo no parágrafo (3) da subseção (h) da seção 1365 do título 18, USC.

Direito de Apelação Você ou o distrito escolar poderá apelar de qualquer decisão com relação à determinação de manifestação ou posicionamento em um ambiente educacional alternativo interino solicitando uma audiência de processo devido. Você ou o distrito escolar poderão solicitar uma “audiência expressa” para resolver estes assuntos o mais rápido possível.

Audiências de Processo Devido Expressas para Assuntos Relacionados à Disciplina

Quando assuntos disciplinares forem envolvidos, as audiências de processo devido expressas (rápidas):

- deverão ser conduzidas por um oficial de audiência de processo devido que atenda ao critério fixado para Oficiais de Audiência pelo Departamento Estadual de Educação;
- deverão ser realizadas dentro de 20 dias escolares, e chegar a uma decisão dentro de 10 dias escolares;
- poderão ser apeladas, assim como em qualquer outra decisão de audiência de processo devido, conforme destacado pelo Departamento Estadual de Educação de NH. Durante o processo de apelação, a criança posicionada em um IAES permanece neste ambiente, até que o Oficial de Audiência realize sua sentença ou até que o período de 45 dias escolares tenha terminado. O posicionamento deve ser considerado como posicionamento “fixo” da criança durante este período de tempo.

Se um distrito escolar considerar que a criança é uma ameaça à segurança de outros, ele poderá requerer que a criança permaneça no posicionamento “interino”, ou que seja colocada em outro ambiente educacional conforme proposto pela Equipe IEP. A criança retornará a sua colocação original durante a audiência a menos que o distrito escolar acredite que o retorno da criança representará uma ameaça à segurança da criança e de outros. Neste caso, o distrito escolar poderá requerer uma audiência expressa. Este processo poderá ser repetido conforme necessário. Para desacordos relacionados à remoção de uma criança com uma deficiência a um IAES ou outro posicionamento selecionado pelo Oficial de Audiência, o Oficial de Audiência deverá seguir os mesmos requerimentos que usaria ao realizar uma colocação em um IAES.

Se um distrito escolar disciplinar uma criança portadora de necessidade especial, com um procedimento que seja aplicável a todas as crianças, então o distrito escolar deverá enviar os registros de educação especial e disciplinares à pessoa ou pessoas que tomarão a decisão final sobre a ação disciplinar.

Alunos que ainda não foram Determinados Elegíveis para a Educação Especial Para alunos que ainda não foram identificados, porém estão envolvidos em procedimentos disciplinares, as proteções descritas nesta seção serão aplicadas apenas se o distrito escolar tiver conhecimento de que a criança é uma criança com deficiência porque:

- os pais expressaram preocupação, por escrito, ao pessoal escolar de que seu filho precisa de educação especial e serviços relacionados;
- os pais da criança solicitaram uma avaliação para seu filho;
- um professor (ou outro pessoal do distrito escolar) expressou preocupação sobre um padrão comportamental ou de desempenho da criança ao diretor da educação especial ou outro pessoal supervisor de acordo com a Descoberta de Criança ou sistema de referência do distrito escolar.

Avaliação Durante o Processo Disciplinar Se você solicitou uma avaliação para seu filho durante o processo disciplinar, a avaliação deverá ser conduzida o mais breve possível (expressa), e seu filho deverá permanecer no posicionamento educacional determinado pelas autoridades educacionais pelo período da suspensão original, que poderá incluir suspensão ou expulsão sem serviços educacionais. Se seu filho for considerado como uma criança portadora de necessidade especial, o distrito escolar deverá fornecer educação especial e serviços relacionados, que incluirá o período de apelações e/ou posicionamento em um Ambiente de Educação Alternativa Interino (IAES).

Referência e Ação por Reforço Legal e Autoridades Judiciais A IDEA 2004 não proíbe uma agência de reportar um crime cometido por uma criança portadora de necessidade especial às autoridades apropriadas ou impedir que um reforço legal estadual e as autoridades judiciais exerçam suas responsabilidades com relação à aplicação da legislação estadual ou federal.

Estatuto das Limitações

A lei estadual impõe certas limitações de tempo, chamadas de “estatutos de limitações,” sobre ações envolvendo audiências de processo devido, apelações a cortes estaduais e federais e reembolso de honorários advocatícios e reembolso pelo ensino em colocações unilaterais.

Se os pais ou o distrito escolar não cumprirem com os limites de tempo, eles poderão perder o direito a uma audiência de processo devido ou uma apelação à decisão do Oficial de Audiência a um corte.

A seguir, uma breve lista de limites de tempo importantes:

- os pais deverão requerer uma audiência de processo devido dentro de 2 anos da data em que a violação alegada foi descoberta ou tenha sido razoavelmente descoberta;
- os pais deverão requerer uma audiência de processo devido dentro 90 dias de uma colocação unilateral para recuperar os custos do posicionamento unilateral;
- os pais deverão registrar qualquer ação para recuperar seus honorários advocatícios e custos razoáveis de corte em corte superior estadual ou corte federal dentro de 120 dias do recebimento da decisão final do *Oficial de Audiência*. Todas as tais decisões deverão ser enviadas ao *Departamento Estadual de Educação* a ambas as partes por carta certificada com recibo de recebimento requerido.

Requerimento para Colocação Unilateral de Crianças em Escolas Privadas com Recursos Públicos

Normas para Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais de New Hampshire ~ Ed 1112

Se o distrito escolar disponibilizar uma educação pública apropriada gratuita (FAPE) a seu filho e o seu filho for selecionado numa escola privada, então o distrito escolar não será obrigado a pagar pelos custos de educação, incluindo educação especial e serviços relacionados. Contudo, o distrito escolar onde a escola privada está localizada deverá incluir seu filho na população de estudantes cujas necessidades serão tratadas de acordo com as disposições da IDEA 2004 com relação a crianças que foram colocadas por seus pais em uma escola privada. Esta criança não terá direito individual a educação especial sob despesa do distrito escolar. Segundo a IDEA 2004, a responsabilidade pela determinação de serviços agora pousa sobre o distrito escolar onde a escola privada está localizada, e não ao distrito escolar onde você e seu filho residem.

Diversos procedimentos sobre este assunto para o distrito escolar público são agora requeridos pela legislação federal. A IDEA 2004 exige que um distrito escolar, que possua qualquer escola(s) privada dentro de suas fronteiras geográficas, consulte aqueles oficiais de escolas privadas e representantes dos pais de crianças portadoras de necessidades especiais que frequentem estas escolas privadas. O distrito escolar no qual a escola(s) privada está localizada deve fazer um plano sobre como irá gastar os recursos da IDEA 2004 alocados para este grupo de crianças, significando que um, alguns ou todos os alunos colocados por seus pais poderão receber alguns serviços educacionais especiais enquanto frequentarem a escola privada. Os serviços providos a uma criança portadora de necessidade especial colocada pelos pais em escola privada deverão ser descritos em um Plano de Serviços Individual (ISP). O aluno ainda permanecerá elegível a FAPE em LRE em consistência com as exigências da IDEA 2004, e poderá entrar no sistema público no distrito escolar de residência da criança a qualquer momento e será então conferido a receber serviços totais com um IEP através do distrito escolar de residência.

Posicionamentos quando a FAPE É um Problema Se você não acredita que o distrito escolar no qual você e seu filho vivem disponibilizará FAPE para o seu filho, você poderá registrar uma audiência de processo devido imparcial para tentar obter do distrito escolar (o distrito escolar de residência) pagamento pelo programa. Esta opção está apenas disponível aos pais de uma criança que recebeu anteriormente educação especial e serviços relacionados **através** da escola pública onde vive (mesmo que o posicionamento fosse um programa privado selecionado pela Equipe). Se um Oficial de Audiência ou corte considerar que o distrito escolar no qual a criança reside não disponibilizou FAPE à criança de uma forma pontual antes do registro da criança no programa privado, o Oficial de Audiência ou corte poderá requerer que o distrito escolar de residência reembolse na totalidade ou parte dos custos deste registro.

Um posicionamento dos pais poderá ser considerado como apropriado por um Oficial de Audiência ou uma corte mesmo que não atenda aos padrões estaduais que se aplicam à educação provida pela agência educacional estadual ou local.

Limitação em Reembolso O custo de reembolso para este posicionamento “unilateral” dos pais poderá ser reduzido ou negado se:

- na reunião mais recente da Equipe IEP no distrito escolar de residência que você participou antes da remoção de seu filho do posicionamento escolar público, você não informou a Equipe IEP de que você estava rejeitando o posicionamento proposto pela agência pública para fornecimento de FAPE a seu filho, incluindo declarar suas preocupações e sua intenção em registrar seu filho em uma escola privada sob despesa pública; ou pelo menos 10 dias úteis (incluindo quaisquer feriados que ocorram em um dia útil) antes da remoção de seu filho do posicionamento escolar público, você não forneceu aviso por escrito de sua intenção em remover seu filho;
- antes de sua remoção de seu filho do posicionamento escolar público, o distrito escolar forneceu aviso prévio por escrito a você de sua intenção de avaliar seu filho, porém você não disponibilizou seu filho para a avaliação; ou
- sob um achado da corte de que suas ações não foram razoáveis.

Contudo, o custo do reembolso pode não ser reduzido ou negado por falha em fornecer o aviso se:

- a escola lhe impedir de fornecer o aviso;
- você não recebeu aviso destes requerimentos de aviso; ou
- o cumprimento com os requerimentos de aviso provavelmente resultaria em danos físicos à criança; e pode, sob decisão da corte ou de um oficial de audiência, não ser reduzido ou negado por sua falha em fornecer o aviso requerido.
- você é analfabeto e não sabe escrever em inglês; e/ou
- o cumprimento com os requerimentos de aviso provavelmente resultaria em sérios danos emocionais a seu filho.

Em caso de um posicionamento unilateral, quando o distrito escolar não recebeu uma oportunidade de avaliar a criança e desenvolver um IEP, você não pode buscar reembolso até que o distrito escolar receba uma oportunidade de avaliar a criança e desenvolver um IEP.

Apêndice A: Assistência/Recursos Gratuitos ou De Baixo Custo

Existem serviços gratuitos ou de baixo custo disponíveis para lhe ajudar a entender e acessar seus direitos acerca da educação especial e o seu processo. Abaixo estão listadas algumas agências que podem fornecer esta assistência.

Diretor de Educação Especial para o Distrito Escolar

(Os distritos escolares devem manter uma listagem de recursos legais gratuitos ou de baixo custo, que podem incluir recursos locais)

Secretaria de Educação Especial
Departamento Estadual de Educação de New Hampshire
101 Pleasant Street
Concord, New Hampshire 03301-3860
Telefone: (603) 271-3741
Fax: (603) 271-1099
E-mail: Barbara.Raymond@doe.nh.gov

Disabilities Right Center, Inc.
Caixa Postal 3660
Concord, New Hampshire 03301
Telefone: (603) 228-0432 ou 1-800-834-1721
Fax: (603) 225-2077
E-mail: advocacy@drcnh.org

Ordem dos Advogados/Pro Bono de New Hampshire
112 Pleasant Street
Concord, New Hampshire 03301
Telefone: (603) 224-6942 ou 1-800-852-3799
(A entrada é através do Disabilities Rights Center)

Centro de Informações dos Pais (PIC)
54, Old Suncook Road
Concord, New Hampshire 03301
(603) 224-7005 ou 1-800-947-7005
Fax: (603) 224-4365

Web Site (conexão ao e-mail da equipe): www.parentinformationcenter.org

O Centro de Informações aos Pais oferece um manual gratuito chamado de “Passos no Processo de Educação Especial” que fornece detalhes sobre o processo de educação especial e as leis.

Observação: Informações adicionais podem ser obtidas contatando seu distrito escolar local, o Departamento Estadual de Educação de N.H. em (603) 271-3741 ou no website do Departamento Estadual de Educação de N.H.: http://www.education.nh.gov/instruction/special_ed/index.htm

Apêndice B: Definição de Dias e Tipo de “Dias”

Tipos de Dias Utilizados nas Normas para Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais de New Hampshire

“Dia” é definido na Seção 300.9 de IDEA como:

- (a) **Dia** significa dia corrido a menos que indicado de outra forma como dia útil ou dia escolar;
- (b) **Dia útil** significa de segunda a sexta-feira, exceto para feriados federais e estaduais (a menos que os feriados sejam especificamente incluídos na designação de dia útil, conforme na Seção 300.403(d)(1)(ii); e
- (c) (1) **Dia escolar** significa qualquer dia, incluindo um dia parcial que a criança esteja frequentando a escola para propósitos instrutivos.

DIAS DE CALENDÁRIO	
DIAS	
15	Disposição de reunião de referência mantida depois do recebimento de indicação – Ed 1106.01(d)-(e)
45	Teste / Avaliação completa – Ed 1107.01(c)-(d)
30	Reunião é mantida para desenvolver um IEP inicial dentro de 30 dias da determinação de elegibilidade – 34 CFR 300.323(c) (1)-(2)
10	Aviso por escrito da reunião de Equipe IEP dado por LEA aos pais – Ed 1103.02(a)
5	Aviso por escrito da reunião dado por LEA aos pais – Reunião de Determinação de Manifestação – Ed 1103.02(a)
45	Duração de programas de instrução doméstica temporária – Ed 1111.05(g)
45+	Mais do que 45 dias ou programas de instrução doméstica – Ed 1111.05(h)
10	Antes do 46º dia – LEA submete ao Diretor de Educação Especial documentação para apoiar continuação de educação doméstica – Ed 1111.05(h)
45	Duração de alteração de colocação a IAES por LEA por drogas e armas – Ed 1124.01
45	Duração de alteração de colocação a IAES por oficial de audiência por razões de segurança – Ed 1124.01
45	Decisão postada às partes dentro de 45 dias em audiência expressa – Ed 1123.25
14	Notificação pelos pais de sua disponibilidade ao superintendente depois de recebimento de carta certificada investigando a necessidade de nomeação de um pai substituto – Ed 1115.03(c)
30	Determinação de LEA da necessidade de substituto dentro de 30 dias da referência – Ed 1115.03(g)
30	Término de nomeação de pai substituto depois de uma investigação pelo Comissário de Educação – Ed 1115.05(d)
30	Aviso por escrito por DoE a LEA e pai substituto terminando relacionamento de pai substituto – Ed 1115.05(d)
55	Se pais sujeitos a nomeação de substituto, decisão é tomada dentro de 55 dias – Ed 1115.09(b)(2)
45	Revisão dos pais de registro educacional não mais de 45 dias depois da solicitação recebida – Ed 1119.02(a)
14	Dias para que os pais respondam a uma solicitação para consentimento com data WPN postada por LEA – Ed 1120.03(a)
14	Dias para que os pais recusem consentimento da data WPN postada pelo recebimento LEA de WPN de LEA – Ed 1120.04(c)
14	Dias depois dos quais LEA pode implementar a alteração proposta se os pais não responderem a solicitação de consentimento – Ed 1120.06(a)
60	Tempo limite de resolução de queixa – Ed 1121.02(e)
90	Resolução de queixa se reconsideração requerida – Ed 1121.04
10	Solicitar reconsideração do comissário para queixas encontradas dentro de 10 dias – Ed 1121.04(a)
20	Comissário completa reconsideração da queixa – Ed 1121.04(b)
5	Aviso de quem participa de uma mediação – RSA 186-C:24 I(b)
30	Mediação conduzida dentro de solicitação de 30 dias – RSA 186-C:24 II(b)
10	Antes da mediação as partes submetem resumo de aspectos significantes de seu caso – ED 205.03(h)

30	Mediador reporta ao oficial de legislação e audiências o status da mediação dentro de 30 dias da sessão de mediação inicial – ED 205.03(m)
5	Antes da conferência neutra as partes de mediação submetem resumo de aspectos de seu caso – RSA 186-C:23-b II(a)
120	Apelação de Audiência de Processo Devido feita dentro de 120 dias – RSA 186-C:16-b IV – V
5	Declaração proposta de fatos trocada pelas partes antes da Audiência de Processo Devido – Ed 1123.15(b)
30	Implementação total de decisão de audiência de Processo Devido dentro de 30 dias – Ed 1123.22(a)
90	Relatório por escrito ao Oficial de Legislação e Audiências descrevendo a implementação da decisão do oficial de audiência – Ed 1123.22(b)
20	Primeiro dia em que audiência expressa ocorre dentro de 14 dias da solicitação – Ed 1123.25(c)(2)
20	LEA responsável por inserir informações em NHSEIS dentro de 20 dias da ação requerida a ser inserida – Ed 1126.07
DIAS ESCOLARES	
10	Sem serviço pelos primeiros 10 dias da remoção disciplinar (Se nenhum serviço for provido para alunos não deficientes) – Ed 1124.01
10	Dias consecutivos da remoção para disciplina = mudança de colocações – Ed 1124.01 – Ed 1124.02
180	Dias no ano escolar = Ano Escolar – RSA 189:1
10+	Dias cumulativos de remoção por disciplina – Ed 1124.01
10	Dias para decidir a mudança da colocação dentro de 10 dias escolares; o distrito deve conduzir uma decisão de determinação de manifestação – Ed 1124.01 (34 CFR 300.530(e))
45	Dias de decisão atingida e postada às partes em DPH (Ausência e extensão concedidas) – Ed 1123.18(e)
Sem ajuste de n.º de dias	Durante suspensão/expulsão além de 10 dias – FAPE provido – Ed 1123.01 – Ed 1123.02
DIAS ÚTEIS	
10	Antes de aviso de remoção de uma criança a escola privada sob despesa pública (inclui feriados que ocorrem em dias úteis) – Ed 112.02 (34 CFR 2000.148(d)(l)(iii))
2	Audiência expressa – Introdução de limite de novas evidências em caso DPH que não foram relevadas à outra parte – Ed 1123.25(g)
2	Troca de evidências antes do primeiro dia em um DPH expressa – Ed 1123.25(g)
5	Troca de evidências antes do primeiro dia em um DPH regular – Ed 1123.15(b)
5	Introdução de limite em novas evidências em caso DPH que não foram reveladas à outra parte – Ed 1123.17(c)(3)
10	Não mais de 10 dias depois do recebimento de uma remoção disciplinar de posicionamento de reunião de equipe IEP – Ed 1124.01
5	Marcação de declaração proposta de fatos antes do primeiro dia de audiência ADP – Ed 1123.15(b)

Apêndice C: Acrônimos

A seguir está uma lista de acrônimos comuns utilizados em relação ao processo de educação especial e leis/direitos de educação especial. Nem todos os acrônimos listados estão inclusos neste manual. Isto não pretende ser uma lista completa, mas sim uma ferramenta para lhe auxiliar a melhor entender os materiais de educação especial.

<u>Acrônimo (em inglês)</u>	<u>Tópico</u>
ABA	Análise de Comportamento Aplicado (<i>Applied Behavior Analysis</i>)
ADA	Ato de Americanos com Deficiências (<i>Americans with Disabilities Act</i>)
ADD/ADHD	Desordem de Déficit de Atenção / Desordem de Hiperatividade (<i>Attention Deficit Disorder/ Hyperactivity Disorder</i>)
APE	Educação Física Adaptada (<i>Adapted Physical Education</i>)
ASL	Linguagem de Sinais Americana (<i>American Sign Language</i>)
AT(S)	Tecnologia Auxiliar (Serviços) (<i>Assistive Technology (Services)</i>)
CAPD	Desordem de Processamento de Autoridade Central (<i>Central Auditory Processing Disorder</i>)
CASA	Advogado Especial Nomeado pela Corte (<i>Court Appointed Special Advocate</i>)
CEC	Conselho para Crianças Excepcionais (<i>Council for Exceptional Children</i>)
CF	Fibrose Cística (<i>Cystic Fibrosis</i>)
CFR	Código de Regulamentações Federais (<i>Code of Federal Regulations</i>)
CHINS	Criança em Necessidade de Serviços (<i>Children in Need of Services</i>)
CMHC	Centros Comunitários de Saúde Mental (<i>Community Mental Health Centers</i>)
CP	Paralisia Cerebral (<i>Cerebral Palsy</i>)
DD	Atraso no Desenvolvimento (nascimento até 9)/ Deficiências no Desenvolvimento (<i>Developmental Delay (birth through 9)/ Developmental Disabilities</i>)
DDC	Conselho de Deficiências em Desenvolvimento (<i>Developmental Disabilities Council</i>)
DHHS	Departamento de Serviços de Saúde e Humanos (<i>Department of Health and Human Services</i>)
DOE	Departamento de Educação (<i>Department of Education</i>)
DRC	Centro de Direitos de Deficientes (<i>Disabilities Rights Center</i>)
DCYF	Divisão de Crianças, Jovens e Famílias (<i>Division of Children, Youth and Families</i>)
DS	Síndrome de Down

	<i>(Down syndrome)</i>
DP	Processo Devido <i>(Due Process)</i>
ED	Distúrbio Emocional <i>(Emotional Disturbance)</i>
EI	Intervenção Precoce <i>(Early Intervention)</i>
EIN	Rede de Intervenção Precoce <i>(Early Intervention Network)</i>
ELL	Aprendiz de Língua Inglesa <i>(English Language Learner)</i>
ESL	Inglês como uma Segunda Língua <i>(English as a Second Language)</i>
ESY/EYP	Ano Escolar Estendido / Programa Anual Estendido <i>(Extended School Year/ Extended Year Program)</i>
FAPE	Educação Pública Apropriada e Gratuita <i>(Free and Appropriate Public Education)</i>
FAS	Síndrome Alcoólica Fetal <i>(Fetal Alcohol Syndrome)</i>
FBA	Análise de Comportamento Funcional ou Avaliação de Comportamento Funcional <i>(Functional Behavior Analysis or Functional Behavioral Assessment)</i>
FCESS	Suportes e Serviços Precoces Centrados na Família <i>(Family Centered Early Supports and Services)</i>
FERPA	Ato de Privacidade e Direitos Educacionais Familiares <i>(Family Educational Rights and Privacy Act)</i>
HI	Deficiência Auditiva <i>(Hearing Impairment)</i>
ID	Deficiência Intelectual <i>(Intellectual Disability)</i>
IDEA 2004	Ato de Educação de Indivíduos com Deficiências 2004 <i>(Individuals with Disabilities Education Act 2004)</i>
IEE	Avaliação Educacional Independente <i>(Independent Educational Evaluation)</i>
IEP	Programa de Educação Individualizada <i>(Individualized Education Program)</i>
IFSP	Plano de Suporte Familiar Individualizado <i>(Individualized Family Support Plan)</i>
ISP	Plano de Serviço Individualizado <i>(Individualized Service Plan)</i>
IQ	Quociente de Inteligência <i>(Intelligence Quotient)</i>
LD	Deficiência de Aprendizagem <i>(Learning Disability)</i>
LEA	Agência Educacional Local <i>(Local Education Agency)</i>
LEP	Proficiência Limitada em Inglês <i>(Limited English Proficiency)</i>
LRE	Ambiente Menos Restritivo <i>(Least Restrictive Environment)</i>
MA	Idade Mental <i>(Mental Age)</i>
MD	Distrofia Muscular <i>(Muscular Dystrophy)</i>
MICE	Intervenção Multi-sensorial através de Consulta e Educação <i>(Multi-sensory Intervention through Consultation and Education)</i>

NCLB	Nenhuma Criança Deixada Para Trás (<i>No Child Left Behind</i>)
NF	Neuro-Fibrose (<i>Neuro Fibrosis</i>)
NHSEIS	Sistema de Informação de Educação Especial de New Hampshire (<i>New Hampshire Special Education Information System</i>)
NVLD/NLD	Deficiência de Aprendizado Não Verbal (<i>Nonverbal Learning Disability</i>)
OCD	Desordem Compulsiva Obsessiva (<i>Obsessive Compulsive Disorder</i>)
OCR	Gabinete de Direitos Civis (<i>Office of Civil Rights</i>)
ODD	Desordem de Desobediência Opositorista (<i>Oppositional Defiant Disorder</i>)
OHI	Outra Deficiência Física (<i>Other Health Impairment</i>)
OSEP	Gabinete de Programas Educacionais Especiais (<i>Office of Special Education Programs</i>)
OT	Terapia Ocupacional (<i>Occupational Therapy</i>)
PBIS	Intervenções e Suportes Comportamentais Positivos (<i>Positive Behavioral Interventions and Supports</i>)
PDD	Desordem de Desenvolvimento Penetrante (<i>Pervasive Developmental Disorder</i>)
PDD/NOS	Desordem de Desenvolvimento Penetrante, sem Especificação de Outra Forma (<i>Pervasive Developmental Disorder, not Otherwise Specified</i>)
PIC	Centro de Informações aos Pais (<i>Parent Information Center</i>)
PTI	Centro de Informação e Treinamento dos Pais (<i>Parent Training and Information Center</i>)
PL	Lei Pública (<i>Public Law</i>)
PT	Fisioterapia (<i>Physical Therapy</i>)
PTAN	Rede de Assistência Técnica Pré-Escolar (<i>Pre School Technical Assistance Network</i>)
PTSD	Desordem de Estresse Pós-Traumático (<i>Post-Traumatic Stress Disorder</i>)
RAD	Desordem de Conexão Reativa (<i>Reactive Attachment Disorder</i>)
RSA	Estatutos Revisados Anotados (<i>Revised Statues Annotated</i>)
SEA	Agência Educacional Estadual (<i>State Education Agency</i>)
SAC	Comitê Consultor Estadual (<i>State Advisory Committee</i>)
SAIF	Especialista na Avaliação de Funcionamento Intelectual (<i>Specialist in the Assessment of Intellectual Functioning</i>)
SAU	Unidade Administrativa Escolar (<i>School Administrative Unit</i>)
SI	Integração Sensorial (<i>Sensory Integration</i>)
SIS	Síndrome de Bebê Sacudido (<i>Shaken Infant Syndrome</i>)
SLD	Deficiência de Aprendizado Específica

SLP	<i>(Specific Learning Disability)</i> Patologista de Fala e Linguagem <i>(Speech and Language Pathologist)</i>
SLS	Especialista de Fala e Linguagem <i>(Speech and Language Specialist)</i>
SPP	Programa de Pais Substitutos <i>(Surrogate Parent Program)</i>
SS	Classificação em Escala <i>(Scaled Score)</i>
SS	Classificação Padrão <i>(Standard Score)</i>
SSI	Seguro de Renda Suplementar <i>(Supplemental Security Income)</i>
SSDI	Renda de Deficiência de Seguridade Social <i>(Social Security Disability Income)</i>
TBI	Ferimento Cerebral Traumático <i>(Traumatic Brain Injury)</i>
TTD/TTY	Dispositivo de Tele-datilografia <i>(Tele-typewriting device)</i>
VA	Advogado Voluntário (Treinado & certificado pelo PIC) <i>(Volunteer Advocate (Trained & certified by PIC))</i>
VR	Reabilitação Vocacional <i>(Vocational Rehabilitation)</i>
WAIS	Escala de Inteligência Adulta Wechsler <i>(Wechsler Adult Intelligence Scale)</i>
WISC	Escala de Inteligência Wechsler para Crianças <i>(Wechsler Intelligence Scale for Children)</i>
WPN	Aviso Prévio por Escrito <i>(Written Prior Notice)</i>
WPPSI	Escala de Inteligência Pré-Escolar e Primária Wechsler <i>(Wechsler Pre School and Primary Scale of Intelligence)</i>
YDC	Centro de Desenvolvimento de Jovens <i>(Youth Development Center)</i>
YSDU	Unidade de Detenção de Serviços de Jovens <i>(Youth Services Detention Unit)</i>

Apêndice D: Direitos de Alunos Portadores de Necessidades Especiais Escolarizados em Casa

Os pais de crianças portadoras de necessidades especiais possuem o mesmo direito de optar por escolarizar seu filho em casa, assim como os pais de crianças sem necessidades especiais. Uma criança escolarizada em casa, independente de elegibilidade de educação especial, possui alguns direitos de acordo com a lei de NH (RSA 193 e 193-A), de participar de programas e serviços disponíveis a alunos de escolas públicas no distrito. Alunos com necessidades especiais escolarizados em casa não podem, contudo, reter o direito de receber a educação pública apropriada e gratuita provida pelo distrito escolar a alunos portadores de necessidades especiais de escolas públicas.

RSA 193:1-c e RSA 193-A:9 fornecem informações adicionais sobre os direitos de pais que optam por escolarizar seus filhos em casa.

RSA 193:1-c Acesso a Programas de Escola Pública por Alunos Não Públicos ou Escolarizados em Casa.

I. Alunos não públicos ou escolarizados em casa deverão ter acesso a cursos curriculares e programas co-curriculares oferecidos pelo distrito escolar no qual residem. O conselho escolar local pode adotar uma política regulamentando a participação em cursos curriculares e programas co-curriculares, contanto que tal política não seja mais restritiva para alunos não públicos ou escolarizados em casa do que a política governando os alunos residentes no distrito escolar. Nesta seção, “co-curricular” deverá incluir aquelas atividades que são designadas a suplementar e enriquecer programas de estudos acadêmicos regular, fornecer oportunidades para desenvolvimento social e encorajar a participação em clubes, academias, grupos performáticos e serviços à escola e à comunidade. Para os propósitos de permissão de acesso conforme descrito nesta seção, um “aluno escolarizado em casa” não deverá incluir qualquer aluno que seja graduado em um programa de nível de escola secundária de educação doméstica, ou seu equivalente, ou tenha atingido a idade de 21 anos.

II. Nada nesta seção deverá ser construído a requerer que os pais estabeleçam um programa de educação doméstica que exceda os requerimentos de RSA 193:1.

Fonte: 2002, 202:1, efetivo a partir de 14 de julho de 2002

RSA 193-A:9 Responsabilidade Limitada.

O distrito escolar residente, o conselho de qualquer distrito e quaisquer funcionários do distrito escolar residente associado com uma criança que esteja recebendo educação doméstica de acordo com este capítulo, não é responsável por danos em uma ação civil por qualquer dano, morte ou perda de pessoa ou propriedade supostamente sustentado por esta criança, seus pais ou qualquer outra pessoa como resultado do recebimento de educação doméstica pela criança, incluindo, porém, mas não se limitando a, qualquer responsabilidade supostamente baseada na falha da criança em receber uma educação pública apropriada ou adequada e gratuita.

Fonte: 1990, 279-3, efetivo a partir de 1º de julho de 1991



Apêndice E: Notificação Escrita Relativa ao Uso de Benefícios Públicos ou Seguro

NOTIFICAÇÃO ESCRITA RELATIVA AO USO DE BENEFÍCIOS PÚBLICOS OU SEGURO

Caro Pai ou Tutor,

O Senhor está recebendo esta notificação escrita para ser informado acerca dos direitos e proteções, de acordo com a lei federal de educação especial, a Lei Educacional de Indivíduos Portadores de Necessidades Especiais (IDEA) relativo ao benefício público ou seguro, seu ou de seu filho. Em New Hampshire o “benefício público ou seguro” é o Medicaid, o qual é fornecido através do Programa Medicaid do Estado para as Escolas, incluindo programas do Medicaid fornecidos através de organização de “managed care”. Através do Programa Medicaid para as Escolas, os distritos escolares de NH, em todo o estado, recebem milhões de dólares a cada ano, que de outra forma teriam de vir de fontes de financiamento locais ou do Estado.

Parte da educação especial do seu filho e serviços relacionados são pagos com recursos da IDEA. Os fundos de benefícios públicos ou programa de seguro, que em NH é a Medicaid, também podem ser usados pelo seu distrito escolar para ajudar a pagar a educação especial e serviços relacionados, com base no IEP do seu filho, mas só se você assim conceder. O seu distrito escolar não pode aceder aos benefícios do Medicaid do seu filho se isso resultar em custos para você, tais como uma diminuição em seus benefícios ou aumento de seus prêmios.

O distrito escolar é responsável por assegurar que o seu filho receba todos os serviços de acordo com o seu IEP independentemente de se você deu seu consentimento ao distrito escolar para usar os seus, ou do seu filho, benefícios públicos ou seguro. Se você não der seu consentimento, ou retirar o consentimento depois de o ter dado, os serviços do seu filho não serão afetados: todos os serviços constantes no IEP do seu filho continuarão a ser prestados. Você também não é obrigado a solicitar ou a se inscrever no Medicaid para que o seu filho receba serviços de educação especial.

QUANDO DEVE APRESENTAR NOTIFICAÇÃO ESCRITA

Antes que o seu distrito escolar lhe possa pedir o seu consentimento para acessar ao Medicaid do seu filho pela primeira vez, deve providenciar a você esta notificação dos direitos e proteções disponíveis através do IDEA.

- A IDEA exige que você seja avisado antes que o distrito escolar procure utilizar o Medicaid do seu filho pela primeira vez,
- Antes de obter o seu consentimento para usar esses benefícios pela primeira vez; e
- Anualmente, depois disso

Esta comunicação escrita deve ser escrita numa linguagem compreensível ao público em geral e na sua língua materna ou em qualquer outro modo de comunicação que você use, a menos que seja claramente impossível fazer isso.

CONSENTIMENTO PARENTAL

Antes que o seu distrito escolar possa usar o seu, ou do seu filho, benefício público ou seguro, pela primeira vez, para pagar a educação especial e serviços relacionados de acordo com a IDEA, eles devem obter o seu consentimento escrito, assinado e datado. O distrito escolar irá fornecer-lhe um formulário de consentimento para você assinar e datar. O seu distrito escolar só necessita obter o seu consentimento *uma vez*.

A exigência de consentimento tem duas partes:

1.) O consentimento para divulgação de informação de identificação pessoal do seu filho para a agência estadual responsável pela administração do Medicaid.

- Para acessar ao Medicaid do seu filho, algumas informações pessoais serão divulgadas para fins de cobrança, pelo distrito escolar, à agência estadual Medicaid ou ao agente de faturamento da Medicaid. Sob a lei federal, o seu consentimento por escrito é necessário antes que o distrito escolar possa divulgar informações, de identificação pessoal (tais como o nome da criança, endereço, número de aluno, IEP, ou resultados da avaliação), de registros escolares do seu filho, a uma entidade diferente do seu distrito escolar, com algumas exceções. O seu consentimento inicial, para o uso do Medicaid do seu filho, permite ao distrito escolar a divulgação de informações de identificação pessoal, necessárias para o reembolso do Medicaid, à agência estadual Medicaid ou agente de faturamento do Medicaid.

2.) Uma declaração para acessar o Medicaid do seu filho:

- O seu consentimento permitindo que o distrito escolar use o Medicaid do seu filho não vai lhe custar nada e não terá um impacto negativo sobre quaisquer outros serviços medicamente necessários que o seu filho possa receber através do sistema Medicaid. Existem proteções específicas relativas à utilização de Medicaid:
 - O distrito escolar deve obter o consentimento por escrito dos pais antes que possa usar o Medicaid do seu filho pela primeira vez.
 - O seu distrito escolar não pode acessar (utilizar) o Medicaid do seu filho se esse uso fôr provocar:
 - Diminuição da cobertura vitalícia disponível ou de qualquer outro benefício Medicaid;
 - Resultar no pagamento, pela família, de serviços medicamente necessários (quer prestados na escola ou noutro ambiente) que de outra forma seriam cobertos pelo Medicaid da criança.
 - Aumentar os prêmios (quando aplicável) ou levar à interrupção de benefícios ou seguro; ou
 - Arriscar perda de elegibilidade para casa e renúncias de base comunitária, com base nos gastos agregados com saúde.

• **REVOGAÇÃO DO CONSENTIMENTO**

- Se você tiver dado o seu consentimento para que o seu distrito escolar divulgue informação de identificação pessoal do seu filho à agência estadual responsável pela administração do Medicaid,, você tem o direito, pela lei federal, de revogar esse consentimento a qualquer momento.
- Se você não quer que seu distrito escolar continue a faturar o seu, ou do seu filho, benefício público ou programa de seguro para a educação especial e serviços relacionados, através do IDEA, você precisa revogar o consentimento que permite ao distrito escolar acessar os benefícios do Medicaid do seu filho. Ao revogar o seu consentimento você está terminando a autorização do distrito escolar para acessar os benefícios estaduais ou programa de seguro do seu filho. Esta retirada do consentimento é efetiva após recepção pelo distrito escolar da sua revogação assinada

Complete a seção abaixo SÓ se pai/tutor estiver revogando o consentimento para acessar o Medicaid da criança.

Nome do aluno _____ Data de nascimento ___/___/___

Número do ID Medicaid _____

Como pai/tutor do estudante acima mencionado, eu revogo o meu consentimento de permitir ao distrito escolar que acesse o Medicaid do meu filho. Eu compreendo que isto significa que o distrito escolar não poderá vir a utilizar o Medicaid do meu filho para ajudar a pagar as necessidades especiais de educação e serviços relacionados. Esta revogação de consentimento se torna efetiva quando o distrito escolar receber o formulário da Revogação de Consentimento do pai/tutor assinado.

Assinatura do Pai

Data de hoje

Original para processo do aluno – cópia para pai/tutor